

Perspectivas e oportunidades da economia dos setores populares

RODA DE CONVERSA



Em suma, há uma
série de mudanças e
essa Roda de Conversa
é exatamente uma
tentativa de ler
as mudanças.

Rogério Valle

Perspectivas e oportunidades da economia dos setores populares

RODA DE CONVERSA



Rio de Janeiro

2015

Conselho editorial

Aída Bezerra

Renato Pontes Costa

Rosana Lobato

Ficha técnica

Programação Visual

Avellar e Duarte

Revisão

Fernanda Silveira

Fotos

Marcos Albuquerque

Equipe de Apoio

Nadja Moreira

Manoel Gonçalves

Enoch Leitão

P467

Perspectivas e oportunidades da economia dos setores populares:
roda de conversa. – Rio de Janeiro (RJ): Capina, 2015.

140 p. : il. ; 18,5 x 25 cm

ISBN 978-85-86809-03-3

1. Economia social - Brasil. 2. Setor informal (Economia) -
Brasil. I. Título

CDD-330.981

Agradecimentos

Para a realização dessa Roda de Conversa, a CAPINA contou com acolhida calorosa e gratuita aos seus convites e solicitações. Por isso, é enormemente grata:

- » ■ àqueles que aceitaram assumir a responsabilidade das falas provocadoras do debate.
- aos que, com sua presença e suas intervenções, agregaram ânimo à conversa e enriqueceram os temas explorados.
- à UNI-Rio, representada pela professora Eliane Andrade que, com carinho, ofereceu espaço e comodidade para abrigar a Roda de Conversa.
- a Luiz Paulo, da KNH, que veio do sul do Brasil para nos apoiar nos registros e na síntese dos debates.
- e, finalmente, a toda a equipe da Capina que não mediu esforços para tornar a concretização dessa iniciativa um sucesso coletivo.

Sumário

Apresentação	15
Falas provocadoras	18
Siglas	20
Manhã	
Parte 1 Abertura	
Ricardo	23
Katia	24
Terê	24
Parte 2 Rogério	26
Parte 3 Katia	34
Parte 4 Parreiras	37
Parte 5 Sílvio	47
Parte 6 Intervenções – Manhã	56

Tarde

Parte 7 Reabertura	
Terê	67
Angela	69
Maria Emília	80
Parte 8 Chico	92
Parte 9 Intervenções – Tarde	104
Parte 10 Angela	116
Maria Emília	120
Chico	124
Terê	127
Posfácio	131
Sobre a Capina.....	139







Apresentação

Katia Aguiar

Relembro algumas questões que, no ano de 2012, ensejaram a construção do encontro que tomou a forma “roda de conversa”. Muitas dúvidas e incertezas cercavam nossas reuniões e discussões sobre a inserção da Capina no campo de lutas dos setores populares, suas possibilidades de contribuição e, especialmente, a necessidade de notícias que pudessem servir ao desenho das condições atuais dessas lutas. Convidar amigos e amigas que nos últimos anos de governos petistas, aceitaram o desafio de ocupar lugares, desenvolver projetos e coordenar ações no entremeio do Estado e da Sociedade, nos pareceu uma proposta acertada. Afinal, a disposição ao encontro e à escuta tem sido uma marca nos trabalhos desenvolvidos pela Capina, sendo ainda, um aspecto importante na formação e na atuação de trabalhadores sociais. Para nós, a roda de conversa poderia ser mais uma oportunidade para esse exercício.

Tendo aceito o convite para redigir a apresentação de mais uma produção da Capina, acolho os momentos de silêncio que antecedem a escrita. No

silêncio, em silêncio, folheando o registro que tenho nas mãos, as vozes vão surgindo moduladas em diferentes tonalidades, intensidades e volumes diversos. Um regime polifônico, no qual as vozes dão passagem à multiplicidade das forças em presença: ora tensionam em oposições, ora compõem nas diferenças, se interpelam, se misturam. Em muitos momentos, as vozes surpreendem com desenhos paradoxais sobre o nosso presente. A opção dos organizadores da publicação pela não interferência no registro das falas e nos seus desdobramentos (pensamentos, questões e sugestões), tem o mérito de envolver o leitor implicando-o diretamente no clima da conversa.

Nesse clima, sou levada a lembrar de um diálogo entre dois filósofos que, afirmando o encontro como descoberta, como proliferação de possíveis, nos convidam a pensar a conversa fora dos binarismos costumeiros – pergunta-resposta, problema-solução, questões-objeções -, desmontando a ideia da palavra certa que sustenta o julgamento. Numa conversa, então, estamos sempre além de dois e vamos além do reconhecimento, já que é exercício da arte do encontro. Encontro que é abertura para outros mundos, que deslocam nosso olhar e que afirmam a complexidade da vida em devir. Para os tais filósofos, em seus diálogos, uma conversa poderia ser isso: o traçado de um devir.

Acompanhar os traçados e com eles criar outros, num movimento permanente de problematização de nossas práticas, pode se colocar aqui como uma atitude ética nos ajudando a conjurar os riscos sempre presentes de falarmos pelos outros. E isso não é pouco quando se trata de trabalhar tendo os setores populares como tema. As questões que nos animaram a organizar o evento em 2012 e que repassamos aos convidados como incitação para tomarem a palavra na roda, geraram novas provocações endereçadas aos presentes. Se desde o início, a ideia era a de oportunizar o encontro entre alguns e publicar, disponibilizando o registro das reflexões, informações e debates para muitos, a considerar o registro que tenho nas mãos e que aqui passo aos leitores, a Roda de Conversa tende a se ampliar e seguir pesando as perspectivas e oportunidades para os setores populares.

CAPINA

Convite - Roda de conversa

Leitura das condições atuais de desempenho da economia dos setores populares

Data: 31 de outubro de 2012

Horário: 9:00 às 17:00

Local: UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Av. Pasteur, 458 - Prédio CCH - Urca

Sala de Defesa do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação

A Capina gostaria de convidá-los a participar de um momento de aprofundamento de algumas questões que se fazem presentes no cotidiano do nosso trabalho.

Nós, assim como muitos dos nossos parceiros, para cumprir com um mínimo de segurança as tarefas que assumimos, na perspectiva do fortalecimento dos empreendimentos econômicos populares, sentimos necessidade da contribuição de pessoas que, em diferentes modos de atuação, estão implicadas nas estratégias e ações que dinamizam esse campo do trabalho. A socialização e o debate dessas diferentes experiências, pontos de vista e análises podem, sem dúvida, ajudar a desenhar, de forma mais nítida, o cenário atual no qual se movem as iniciativas econômicas populares.

A intenção não é a de realizar um seminário acompanhado de muitas formalidades, mas convidar, aos que têm interesse em trazer à tona as questões que incidem sobre essa esfera da atividade econômica, de modo descontraído, partilhar preocupações, desafios e buscar novos caminhos.

Pensamos que podemos tomar como ponto de partida para os nossos debates a seguinte indagação: *no cenário atual (político, econômico e social) que lugar ocupam e que peso têm as iniciativas econômicas populares na perspectiva de um desenvolvimento que amplie as suas oportunidades?*

É provável que não se possa tratar essa questão sem explorar alguns aspectos relevantes: *os segmentos econômicos populares que apresentam maior visibilidade na atual conjuntura; as políticas públicas e programas governamentais que se propõem a dar dinamismo a essas iniciativas; e a presença das organizações da sociedade civil comprometidas com os movimentos populares.*

Para nos ajudar a pensar essas questões está confirmada a presença das seguintes pessoas.

Ângela Schwengber (DIEESE - SP)
Francisco C. de Oliveira (BNDES - RJ)
Kátia Aguiar (UFF - RJ)
Luiz Eduardo Parreiras (IPEA - DF)
Maria Emília Lisboa Pacheco (CONSEA - RJ)
Rogério Valle (COPPE - UFRJ)
Sílvia Almeida (AS-PTA - RJ)

Além desses convidados, está prevista a participação de técnicos e assessores que já estiveram presentes em atividades de formação da Capina e hoje atuam em organizações governamentais e não governamentais diretamente envolvidas com esse campo de trabalho.

Nos vemos em breve,

Equipe Capina



Participantes

Respondendo pelas falas provocadoras

Rogério de Aragão Bastos do Valle

Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia
(UFRJ, COPPE), RJ

Presidente da Capina

Katia Faria de Aguiar

Universidade Federal Fluminense (UFF), RJ

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, DF

Sílvia Gomes de Almeida

Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA), RJ

Angela Maria Schwengber

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
(DIEESE), SP

Maria Emília Lisboa Pacheco

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), DF

Francisco José Couceiro de Oliveira

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), RJ

Convidados para o debate

Considerando a manhã e a tarde da Roda de Conversa, mais de 70 pessoas estiveram presentes. Foram inúmeras as contribuições, mas só algumas intervenções foram incluídas no texto da publicação pelo que agregaram aos temas em debate e pela conveniência em reduzir o número de páginas ao substancialmente necessário.

Siglas

ACO – Ação Católica Operária

AGU – Advocacia Geral da União

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia

APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPINA – Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa

CMTC – Companhia Municipal de Transportes Coletivos

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IEF – Instituto Estadual de Florestas
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MEI – Microempreendedor Individual
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTC – Movimento dos Trabalhadores Cristãos
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEPA – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação (Unicamp)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OS – Organizações Cívicas
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDA – Projetos Demonstrativos
PDPI – Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas
PGPM-Bio – Programa de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da So-
ciobiodiversidade
PNAD – Programa Nacional de Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPG7 – Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
REB – Relação de Extrativistas Beneficiários
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TCU – Tribunal de Contas da União



Manhã | Parte 1

Abertura

Ricardo



Pessoal, bom dia.

Nós, da Capina, conversamos muitas vezes, nos fazemos perguntas, tentamos respostas, mas há perguntas que não têm resposta. E a gente vai empurrando, vai empurrando, mas chega um dia que a

gente tem que apelar. Chamar mais gente para ajudar a responder essas perguntas. E o que nos dá muita alegria é o fato de que os amigos que a gente chamou para ajudar a conversar aceitaram o convite, até com entusiasmo.

Vai aqui um agradecimento muito grande à Maria Emilia, inspiradora de uma porção de coisas aqui, atual presidente do CONSEA; à Ângela, que largou seus afazeres em São Paulo, no DIEESE; ao Rogério, nosso presidente, que abriu a agenda dele e nos incluiu; ao Luís Parreiras que veio lá do IPEA;

ao Silvio, meu amigo e parceiro. De todos, só três não estão aqui, mas explicaram: Roberto Marinho, da Senaes, que tinha confirmado, e recebeu uma convocação de trabalho impossível de recusar; Mauricio Sardá, da UFPB, adoeceu, ligou ontem à noite para informar; e Chico Oliveira, do BNDES, teve um probleminha esta noite, e vai chegar daqui a pouco.

E vocês todos que vieram aqui animar essa conversa nos fazem acreditar que tudo isso tem sentido. Agradecemos a todos.

Nós vamos ter também a ajuda da Katia Aguiar, da equipe de formação da Capina e, depois disso, o professor Luís Paulo, amigo nosso antigo, do Rio Grande do Sul, e que tem colaborado muito com a Capina. Katia, Luis Paulo e Terezinha vão fazer a parte de registro e a parte de mediação do dia.

Katia



Bom dia a todos e todas, é um prazer estar aqui, essa roda é mais um desdobramento dos processos que a Capina tem disparado. A ideia agora nessa parte da manhã é que a gente tenha uma pequena fala

da Terê para esclarecer um pouco como vai funcionar esse trabalho no dia de hoje. Depois vou passar a palavra para o Rogério Vale.

Terê

Vou falar sobre como a gente se organizou para estar fisicamente aqui. A gente pode contar com o pessoal da UNIRIO que, gentilmente, abriu esse espaço para nós, e aqui vai o nosso agradecimento. Um abraço especial para a professora Lili Andrade, que não mediu esforços para nos acolher.

A gente pensou, mais ou menos, em tocar a primeira parte da manhã sem um intervalo específico. Se ficarmos cansados, podemos provocar um in-

tervalo no meio do caminho. Por aí tem café, suco, água.

O almoço está previsto por volta de meio dia e meia. A gente fez contato com um restaurante aqui perto, simples, mas que atende bem ao que a gente precisa nesse momento. A ideia é voltar por volta de



duas horas, mas também pode, se for necessário, fazer outra combinação.

A título de sistematização, inclusive, a gente está gravando esta conversa. Exatamente porque essa conversa vai trazer elementos para o nosso trabalho. A intenção é fazer uma publicação com esses resultados e destaques. Vai ser fundamental um trabalho de sistematização e, por isso, a gente incluiu na nossa lista de presença, um termo de consentimento livre e esclarecido para o uso das falas. O texto está aqui e vocês leem na hora que forem assiná-lo.

Basicamente a ideia é que, além de a lista de presença servir como um documento de registro oficial dessa atividade, também possa conter o consentimento para o uso da fala de quem estiver aqui. Se a pessoa tiver restrições ou não quiser, tem uma “coluninha” para os “não consinto que a minha fala seja publicada”.

No final, tudo gravado, transcrito, um documento será elaborado para socializar entre as pessoas que estão envolvidas para que haja aprovação da revisão dos textos. Só então esse trabalho será editado e publicado.

Um pedido: colocar o celular no modo silencioso. E, no mais, quero reforçar as boas-vindas e dizer que estamos muito felizes por ter nesse espaço um grupo tão legal. Eu vou passar a palavra, então, para o Rogério, presidente da Capina e integrante da COPPE UFRJ.

Parte 2

Rogério



Essa história de ser presidente da Capina é algo que me dá um orgulho muito grande. Acho que é desmerecido, mas não vou nem falar nisso. Em todo caso, cabe-me dizer alguma coisa para começar, para introduzir o tema: abrir a Roda de

Conversa. Na verdade, é fazer um primeiro lance. Depois, já no terceiro, esse primeiro lance será esquecido. Bom, primeiro, a gente tem uma regalia. No caso, eu. Fiquei pensando: *a regalia vai ser colocar esse começo a partir das minhas próprias recordações, da minha própria vida.*

Sou da geração de 77, do movimento estudantil de 77. Lembro que naquele tempo a situação era completamente diferente. Havia uma espécie de condição inicial para você participar de qualquer coisa que se relacionasse

com, como se dizia, movimentos populares, com a esquerda de uma forma geral. A alfabetização mínima, o teste de entrada, era ler o Paulo Freire. Todo mundo começava lendo o Paulo Freire. Era uma porta de entrada, e se entendia as coisas a partir da *Pedagogia do oprimido*. Naquele momento, a coisa era muito clara: do lado da opressão, você tinha o Estado, um Estado fortemente opressor e, da maneira como a gente via as coisas, em boa parte era verdade mesmo. Bem vinculado ao Estado, o grande capital. Do lado dos oprimidos, os trabalhadores e, mais do que só os trabalhadores, no caso do Brasil, muitas pessoas que nem eram trabalhadoras, ou então trabalhadoras em condições muito difíceis.

Bom, isso foi há quase quarenta anos! É difícil dizer que a opressão tenha desaparecido do Brasil. Em todo caso, ela mudou muito de forma, esse é o ponto que se tem que ver. No meu entender, claro que hoje em dia a gente não tem aquela forma de opressão política, aquelas coisas pavorosas que havia naquele tempo do regime militar. Mas temos outras formas de opressão mais sutis, se vocês quiserem dizer, mais ideológicas, que passam muito mais pela conquista da cabeça das pessoas. Por exemplo, uma imprensa que quer o monopólio do direito à expressão. Está certo que nem sempre é bem-sucedida. Mas há pouco espaço para que outros exerçam também seu direito de expressão. Acho isso uma forma de opressão. Há outras formas culturais de opressão muito importantes, mas para as quais a gente nem usa o nome de opressão. Muitas vezes, a gente não consegue ver a dificuldade de expressão cultural de alguns grupos diante de uma avassaladora indústria cultural. Apesar de o pessoal falar em diversidade e em pós-modernidade o tempo todo, a gente tem uma indústria cultural muito forte, que impõe certo tipo de música, impõe isso, impõe aquilo, e lá vamos nós.

A opressão mudou, mas o que nos interessa mais aqui, talvez seja nem falar tanto de opressão, mas dizer que o nosso ponto de partida tem que ser o Estado que mudou muito nesses quarenta anos. Com certeza a gente não

tem mais aquele Estado com uma aliança realmente muito forte entre um grupo dominador, os militares, e um grupo dominante dos empresários. Nós temos hoje um Estado que é disputado, que traz várias propostas impen-sáveis naquele momento. Infelizmente, a gente tem, muitas vezes, pouca noção do quanto aquelas lutas todas contribuíram para essas mudanças que estão aí, que se não são todas as que a gente quer, pelo menos são muitas e significativas.

Dependendo do jeito que a gente avalia o que se fez, às vezes até esquece que afinal de contas, hoje em dia, mesmo quem está do outro lado é obrigado a falar em democracia, transparência e tudo o mais. Pelo menos como valores, as coisas se implantaram, e isso não é pouco. Claro que as práticas não são tudo que a gente queria, mas o Estado mudou bastante. O Estado se vê obrigado a ter certos tipos de políticas, a não privilegiar unicamente os grandes grupos, enfim. E, de qualquer maneira, há um debate político, há a colocação de certos valores. Mesmo quem esteve, no passado, do lado dos opressores de então, hoje em dia não ousa vir a público falar contra a democracia, ou contra o meio ambiente, ou contra os indígenas, como falavam naquele tempo.

Mudaram também as empresas, e isso deixa a gente ainda mais sem saber o que fazer. Porque de empresas que tinham uma adesão maior ou menor ao governo militar, você passa hoje a ter empresas que, publicamente, para terem mais prestígio, reivindicam uma postura social ou cultural, às vezes até no campo de apoio aos projetos comunitários. Reivindicam sua presença, fazem uma propaganda enorme daquilo que promovem. São atores que estão ali e, para quem vem dessa herança da pedagogia do oprimido, ficamos um pouco sem saber se devemos rejeitar algo que parece ser uma atitude interesseira, ou se devemos aceitar, sob certas condições, uma postura colaborativa. Isso não estava exatamente nas previsões da gente, mas é uma coisa que acontece. E agora é preciso lidar com empresas estatais ou privadas que financiam certas coisas, exigindo outras em troca. Mas o mais importante é

que as coisas mudaram, inclusive os próprios trabalhadores, ou as pessoas do “campo popular”, como se dizia antigamente.

O povo brasileiro tem novas estratégias de ação. Ele se coloca de uma forma própria diante desse Estado que busca seriamente ser outro tipo de Estado, mas que em parte foi reapropriado por gente que já fazia política antes do golpe militar e que só vai saindo aos poucos, conforme vai morrendo. Enquanto não morre fica lá, e passa para seus filhos, seus filhos para seus netos. Mas, enfim, é um Estado que não ousa mais se dizer um Estado opressor. É um Estado que oferece uma série de coisas. As empresas, igual-

[...] houve mudanças e muitas dessas mudanças foram na direção por nós desejada; outras mudanças, ao contrário, nos pegaram completamente de surpresa.

mente, assumem outro tipo de postura e, o mais impressionante, é que o povo, para dizer simplesmente desse jeito, tem lá suas estratégias de ações próprias.

Em suma, há uma série de mudanças e essa Roda de Conversa é exatamente uma tentativa de ler as mudanças. Não exatamente do jeito que descrevi, mas do jeito que cada um acha que elas aconteceram. Afinal de contas, já se passaram umas quatro décadas e,

muito do que está aí, eu insisto, foi resultado de um trabalho coletivo muito importante, muito generoso; que fez besteiras, mas que acertou muito, que fez história. Comparando com outros países, a gente fez história numa direção muito boa, somos reconhecidos internacionalmente por isso. Então, houve mudanças e muitas dessas mudanças foram na direção por nós desejada; outras mudanças, ao contrário, nos pegaram completamente de surpresa. Às vezes ficamos até um pouco atônitos, perplexos diante do andar da carruagem e sem saber o que fazer. Isso é normal. Então é preciso ler essas mudanças.

Indo mais especificamente para o campo que é o nosso, ONGs e coisas parecidas, houve o grande choque da retirada da cooperação internacional,

que financiava justamente uma boa parte dessas ações comunitárias tocadas pelas ONGs. Retirada exatamente por consequência das mudanças que aconteceram, e deixaram esse campo todo um pouco na orfandade, mas, ao mesmo tempo, com o desafio de assumir por si só sua vida adulta.

Houve outras mudanças. Depois daquela transição em que desejávamos a democracia e acabamos tendo o Sarney — depois do Sarney, Collor e tal —, a gente teve a primeira e a segunda gestão do Lula, como vocês sabem, com uma proposta própria de presença do Estado junto à população, inclusive com ações que foram objeto de muita discussão, como o Bolsa Família. Pontuou-se muito os prós e os contras do Bolsa Família, mas o fato é que ele mudou inclusive a economia. Mudou também a cabeça das pessoas? É provável, mas em que direção? E, atualmente, há o governo Dilma, que tem muito sucesso em várias áreas, mas que não tem exatamente a mesma posição do governo Lula, por exemplo, em relação à economia solidária.

Houve também mudanças tecnológicas importantes, que também não estavam na nossa imaginação. Até hoje me surpreendo com a quantidade de celulares. Todo mundo tem celular. Você viaja pelo Brasil a fora, todo mundo tem. Até as pessoas mais simples. Todos têm muita coisa para dizer, certamente. Todo mundo está o tempo todo com um celular caro, pois é caríssimo o celular no Brasil. E a internet? A internet, que assusta, mas que, ao mesmo tempo, é uma ferramenta interessante exatamente para contrabalançar esse monopólio da palavra pelos meios de comunicação.

Enfim, há uma série de mudanças e é preciso fazer um ajuste estratégico em relação a essas mudanças. Eu coloco como momento de partida desse movimento de transformação histórica a obra do Paulo Freire, se me permitem. Agora chega um tempo em que é preciso fazer um ajuste mais forte, mais maduro, e isso é difícil de ser feito separadamente, individualmente. Então, entendendo que essa Roda de Conversa que a Capina promove é exatamente para trazeremos nossa leitura da realidade. Nossas alegrias, nossas angústias, nossas constatações, as possíveis pistas de atuação, trazer isso para discutirmos aqui.

Para encerrar, eu colocaria esta ideia: a gente, com certeza, tem uma presença do Estado hoje no meio da população brasileira, do povo brasileiro, das classes mais simples, que é diferente de quarenta anos atrás. Um Estado que reconhece a legitimidade da saúde, da educação etc. Mas os resultados não são todos aqueles que a gente espera e, muitas vezes, quando é colocado algum recurso à disposição das ONGs para que elas tragam o seu tempo, muitas vezes há certas restrições burocráticas que acabam fazendo com que esse dinheiro não seja aproveitado. Frequentemente sobra dinheiro em programas públicos; outras vezes algumas ações começam a ser executadas, mas os resultados são modestos. Parece que há muito espaço para se avançar nessa colaboração com o Estado. Afinal de contas, não se trata de apenas pegar os recursos do Estado. Quem pega recursos lá, se compromete com alguma coisa.

Termino com este ponto: se eu pudesse apresentar para vocês, sinteticamente, a minha visão da dificuldade, acho que tem uma coisa que não mudou nesses quarenta anos, tem uma coisa que já estava lá atrás e que ainda vai permanecer. Um pouco do segredo dessa coisa toda é uma tensão entre dois tipos de ação, dois tipos de agir que a gente tem, um que é justamente a herança do que a pedagogia do oprimido diz para nós, e tomara que a gente nunca tire isso de cena, porque se perder isso de cena não vamos ser mais nada. Essa herança diz que é importante a participação, que é importante a tomada de decisão por consenso, que as decisões realmente válidas são aquelas tomadas após alguma deliberação, de algum jeito que seja, mas apontando para ouvir a opinião de todos. E que uma decisão só é válida, realmente, quando todo mundo a expressou e quando todo mundo está de acordo com aquela decisão. Esse é o vetor da comunicação, da participação num certo tipo de agir.

Agora, quando a ditadura acabou, a gente se viu diante de outra exigência que, no fundo, já existia, mas estava encoberta: exigência de resultados, de eficiência, de planejamento, de estratégia, uma série de coisas que não

tínhamos sequer condições de ter durante o tempo sombrio da ditadura. A gente fazia trabalhos em pequenos grupos, trabalhos comunitários, com muita discussão. Mas há certo momento que a política muda, os outros atores políticos começam a ter estratégias de montão, planejando com quatro, oito anos de antecedência, e uma açãozinha num bairro depende de quem vai ser candidato a governador daqui a quatro anos. Com uma falta de mediações inacreditável. Então, estamos cercados de ação estratégica por tudo quanto é lado. O próprio dinheiro que vem do Estado ou de empresas, financiamento da Petrobras e tudo o mais, ele tem, como contrapartida, uma exigência e uma prestação de contas burocrática. Tem como contrapartida a exigência de fazer uma divulgação na mídia, na publicidade, que também não é algo que a gente aprecie muito. Mas, sobretudo, tem obrigação de demonstrar resultados, de dizer, no final, a que resultados se chegou. Isso não era uma exigência tão forte no momento em que todo o trabalho era um pouco mais comunitário.

[...] apresentar resultados é exatamente uma condição para fazer uma avaliação [...]

Então é uma tensão entre a comunicação e participação de um lado, e eficiência, demonstração de resultados, instrumentalidade, estratégia e tudo o mais, de outro. Essa tensão inibe muito nossas ações. Mas ela vai continuar. O mundo burocrático em que nós vivemos exige esses resultados e estratégias e, muitas vezes, isso não é só uma coisa ruim. Muitas vezes, apresentar resultados é exatamente uma condição para fazer uma avaliação que vai justamente ser discutida publicamente, comunicativamente, participativamente. Então, há pontes; não são dois mundos separados, não é um lado que é mocinho, outro lado que é bandido. Mas a gente realmente precisa sempre melhorar nessa relação dialética. Ouso usar essa palavra sim. Saiu de moda, mas é um erro ter saído de moda. Entre a conversa, como nós vamos fazer aqui – porque sem ela, sem essa comunicação, a gente perde

a identidade – e o reconhecimento de que a gente vive num mundo onde a questão da eficiência, da burocracia é muito presente, decrescentemente em alguns lugares, é verdade, mas crescentemente em muitos outros. Isso exige das associações, das ONGs, um tipo de ação organizada, planejada, com resultados, e que não estava escrito lá no Paulo Freire, mas que hoje em dia está escrito nas exigências dos nossos interlocutores.

Bom, foi meu chute inicial. Demorei mais de quinze minutos. Repasso a palavra, não sem antes comentar o seguinte: vocês sabem que quando o Henry Ford mudou o jeito de organizar o *layout* da fábrica, acabando com o *layout* posicional de montar as coisas, o mesmo com que se faz hoje em dia um navio, um edifício, em que todos os materiais vão na mesma direção, ele fez o famoso *layout* da linha de montagem; com os postos de trabalho alinhados, os trabalhadores ficam parados e a obra se move. Ele mudou tudo quando mudou o *layout*. Aqui também, nessa reunião de hoje, a gente está mudando o *layout*, tirando a famigerada mesa de debatedores e criando uma roda, fisicamente uma roda mesmo. Isso realmente pode mudar bastante os resultados, a conversa e tudo o mais. Vamos investir nessa configuração. Vocês podiam dizer para nós como vamos trabalhar nessa forma de roda, como a palavra vai circular. Vai ser solta. Alguém fica no centro da roda? Ou nós vamos ficar alternando: de vez em quando quem está no centro passa para roda externa? Talvez fosse uma ideia: quem está dentro vai para fora, quem está fora vai para dentro. Isso talvez pudesse ajudar... Obrigado.

Parte 3

Katia



Obrigada, Rogério.

Para os companheiros que estão chegando agora se situarem, a gente está iniciando a roda da manhã. Houve algumas mudanças, com a ausência de um dos companheiros que ia compor as falas da manhã.

A gente vai, de alguma maneira, equilibrar, compensar o imprevisto da ausência do companheiro, um pouco com as falas dos que estão convidados para disparar o debate, como o Rogério. Também com a maior participação de quem está compondo a roda aqui. Vocês, convidados e companheiros.

Antes de passar a palavra, queria fazer um comentário sobre o que me mobilizou na fala do Rogério. Ontem nós tivemos um dia inteiro de trabalho, da equipe da Capina com alguns ex-alunos dos cursos de viabilidade econômica,

que hoje são companheiros de percurso. Passamos o dia, ontem, pensando um pouco nas nossas práticas, nas nossas dificuldades, nesses desafios atuais que têm nos assolado e, muitas vezes, têm nos colocado num lugar de perplexidade, sem saber muito bem o que fazer. Acho que o Rogério traz muito bem essa questão do tencionamento, de como pensar a participação popular, enfim, dar andamento aos nossos sonhos, aos nossos projetos de uma transformação social efetiva, que implica uma inversão nas relações de poder frente ao avanço desse espírito de empresa que vem invadindo o cotidiano de todos nós – sejam as organizações não governamentais, as universidades, o sistema de saúde, o sistema de educação –, jogando todos nós numa loucura produtivista, num tempo acelerado e numa cultura desse sistema do capital.

Ontem, a gente conversou bastante sobre isso que vem, de uma maneira muito acelerada, capturando e capitalizando para si as nossas conquistas históricas. Vem resignificando conceitos que eram caros a nós nas nossas análises, como conceitos de autogestão, de cooperação, de participação, de controle, na medida em que equivoca, nesse momento, a nossa experiência do que seria participação, do que seria o controle. Muitas vezes, nós somos chamados a participar e a parecer que estamos deliberando e definindo questões que já estão decididas em outros extratos. Então, vivemos em um tempo de muitas oportunidades, porque, com certeza, os meios de comunicação, os instrumentos de comunicação estão colocando todos nós em contato mais direto, capilarizando essa possibilidade do encontro, seja virtual, seja presencial, mas, com certeza, também capilarizando o controle. Não só com os trabalhadores tradicionais, no capitalismo, nas empresas, mas capilarizando o controle nas nossas populações e no seu cotidiano. Nós não estamos imunes a isso, nós somos atores nesse processo.

Ontem, a gente falava muito de como todas essas forças passam por nós e como isso é difícil e importante na hora de fazer qualquer proposta de trabalho hoje, pensando um projeto de futuro, um cenário de futuro. Como

intervir, em que intervir, com que questões e que problemas hoje nos movem. A gente precisa, de algum modo, colocar em discussão as nossas próprias práticas. E acho que isso a Capina tem feito, durante todos esses anos, de uma maneira louvável. Com muita coragem, vem publicizando as suas propostas, vem dando publicidade aos seus problemas, às suas dificuldades, aos seus impasses, e agregando coletivos cada vez mais ampliados para pensar junto. Não só o fazer desse coletivo Capina, mas os nossos fazeres. Porque, de alguma maneira, a gente acaba sendo envolvido por essas questões. Para compor essa Roda de Conversa, agora de manhã, a gente convida o companheiro Luis Eduardo Parreiras, do IPEA, e Sílvio Almeida, da AS-PTA Rio de Janeiro, que terão de quinze a vinte minutos para uma fala disparadora, provocadora de todos nós, e que a gente possa ir interferindo nesse debate, construindo certo pensamento, trocando.

Na medida do possível, vou tentar garantir que o tempo de fala possa voltar para eles a partir das questões que forem surgindo e eles queiram se colocar; mas tentando fazer esse exercício de “horizontalização” do debate.

Depois de muitas conversas e discussões na Capina, elegemos duas questões disparadoras para esta manhã e nós pedimos aos nossos convidados para considerá-las.

Suponho que todos vocês tenham em mente, no cenário atual político, econômico, social, que lugar ocupam e que peso têm as iniciativas econômicas populares na perspectiva de um desenvolvimento que amplie as suas oportunidades.

Parte 4

Parreiras



Quero agradecer o convite. Fiquei sensibilizado quando o Ricardo me ligou. Estou em Brasília há cinco anos; um pouco afastado dessa linha de frente da economia popular. Quando fui para Brasília, meu projeto era trabalhar com economia solidária no IPEA. Mas tem aquela história: o homem põe e Deus dispõe. Chegando lá, me envolvi numa pesquisa e, depois de três anos, fui fazer uma angioplastia, ou seja, não pude me dedicar como queria à economia solidária. Agora estou voltando, mas já na véspera de me aposentar.

O Rogério estava falando de 1977, e eu estava lembrando que no ano que vem completam-se cinquenta anos que levei o Frei Beto para fazer uma palestra sobre a realidade brasileira, lá no colégio de Niterói, onde eu estudava,

no ginásio estadual. Era numa conjuntura anterior ao golpe, em 63. Depois daquilo veio o golpe e todas as histórias que a gente viveu. E a gente, de alguma maneira, traz na nossa prática essa experiência, esses traumas, essa esperança e algumas conquistas.

Para entrar no nosso assunto, a questão provocadora: no atual cenário, que lugar ocupam e que peso têm as iniciativas econômicas populares, numa perspectiva de desenvolvimento que amplie as suas oportunidades? Eu achei essa pergunta estranha, se a gente for analisar bem como ela está construída. Que lugar ocupam e que peso têm as iniciativas econômicas na perspectiva de um desenvolvimento que amplie suas oportunidades, que peso elas têm num desenvolvimento que ainda vem ampliar suas oportunidades; foi difícil eu entender a dialética do que o Rogério falou. Essa pergunta tem um movimento interno interessante. Como é uma pergunta provocadora, a minha resposta a ela também, acredito, será bem provocadora. Vai ser provocadora a minha reflexão.

No seguinte sentido: primeiro, comecei a trabalhar a pergunta pensando muito na economia solidária, depois refleti, refleti, e me dei conta de que não se tratava apenas de economia solidária. Quando se fala em iniciativas econômicas populares, é um espectro mais amplo que a economia solidária. Então, nosso amigo Gabriel Kraychete, como legítimo ex-integrante da Capina, ele trabalha muito essa discussão das iniciativas econômicas populares como um campo mais amplo do que aquele que a economia solidária abrange. Porque aí, como iniciativa econômica popular, você tem empreendimentos individuais, familiares e pequenos negócios de espírito capitalista, digamos. Mas, embora de reduzida dimensão, tudo isso são iniciativas econômicas populares. Então, no atual cenário, que lugar ocupam

[...] no atual cenário,
que lugar ocupam e que
peso têm as iniciativas
econômicas populares,
numa perspectiva
de desenvolvimento
que amplie as suas
oportunidades?

essas iniciativas econômicas populares, pensando um desenvolvimento que seja benéfico, um desenvolvimento que valorize essas iniciativas econômicas populares e que seja funcional, digamos, ao seu próprio desenvolvimento, que permita a ampliação do campo das iniciativas econômicas populares no conjunto da economia?

Então, para pensar essa questão, a gente tem que pensar o cenário, o atual cenário político-econômico-social: que cenário é este? Minha resposta está no sentido não só do atual cenário, mas do que a gente espera que venha ser nos próximos anos. Não é um cenário, eu acredito, que vá se transformar em curto prazo. Não. É um cenário que tem uma durabilidade, que tem a ver com o que a Katia falou agora. Quando ela fala do avanço do espírito de empresa, a loucura produtivista, do “sistema do capital”, tudo isso, a perspectiva é que permaneça, se fortaleça e se consolide cada vez mais no Brasil. Então, essas tintas que a Katia deu aí na fala dela, na breve fala que ela trouxe, isso aí são características conforme este cenário: basicamente é este cenário que a gente está vivendo hoje e que tende, na minha visão, a permanecer e se consolidar cada vez mais.

Este cenário, vejo, então, da seguinte maneira: se a gente pensar todo esse nosso trabalho, envolvendo a economia solidária, podemos dizer que ele cresceu. Todos nós vivemos esse processo, na década de noventa, quando a situação no mercado de trabalho no Brasil se deteriorou de forma acelerada. Nós tínhamos passado a década de setenta com o tal do milagre econômico, com um processo do crescimento do emprego bastante significativo. A década de oitenta foi chamada, na América Latina, de década perdida, do ponto de vista da economia, por conta da crise da dívida, e de uma série de situações. Nessa década, apesar de nós termos passado por diversas crises econômicas, e de ter sido uma década de relativa estagnação da economia, o emprego não sofreu tanto, houve um crescimento do emprego, embora com crescimento da informalidade. Mas, de toda maneira, o mercado de trabalho conseguiu segurar a onda. Mas na década de noventa, a gente

teve, logo no comecinho, com o governo Collor, a abertura comercial, que mudou radicalmente o modelo econômico que a gente vinha vivendo praticamente desde a década de cinquenta, o chamado modelo de substituição de importações. A abertura econômica promovida pelo Collor e, na sequência, a estratégia de estabilização monetária do governo Fernando Henrique, o Plano Real. Eles optaram por dar um peso muito grande, na estratégia de estabilização monetária, à valorização do real, uma sobrevalorização cambial; se bem que, talvez necessária no início, na mudança do padrão monetário, ela depois virou uma moeda para a reeleição do Fernando Henrique, e eles esticaram essa sobrevalorização até a eleição de 98. Passada a eleição, então, estourou o câmbio. Aí teve aquela desvalorização do começo de 99. Mas enquanto durou esse período do primeiro governo Fernando Henrique, de valorização cambial acentuada, para quem não acompanhou isso na época, é como se a gente tivesse vivido um processo semelhante ao que a Argentina viveu, só que em escala um pouco menor. A Argentina adotou uma paridade 1:1 com o dólar, e esticou esse negócio por mais de dez anos, e deu no que deu: a desestruturação praticamente completa da economia argentina com a crise de 91, 92, 93, até o Kirchner entrar e começar a recuperação dos nossos *hermanos*.

Mas naquele período do governo Fernando Henrique, com essa situação da sobrevalorização cambial, e mais, as privatizações, foram muitas as crises, por conta dessa política econômica. Para vocês terem uma ideia, só um dado: o Itamar foi um cara com quem o Fernando Henrique quis fazer um apagão na história, tirá-lo da nossa história. Agora, aqueles dois anos do governo Itamar – olhem que a gente chegou no fundo do poço com o Collor, em todos os sentidos, inclusive moral – a economia cresceu. Num ano cresceu 4,5%, no outro cresceu 5,2%, e foi o Itamar ainda quem bancou politicamente o Plano Real. A concepção do Plano Real foi desse povo da PUC, o Chico Lopes. Mas o governo Itamar entregou para Fernando Henrique a nossa balança comercial com um superávit de 4 bilhões de dólares;

na época era muito dinheiro, era um significativo superávit comercial. O Fernando Henrique, dois anos depois, tinha transformado, por conta dessa sobrevalorização do real, o superávit de quatro num déficit de quatro; déficit comercial, fora os serviços.

Então, o nosso déficit da balança de pagamentos estourou no governo Fernando Henrique, e aí, para conseguir dólares para financiar esse déficit, a taxa de juros tinha que ir lá para a estratosfera. Você tinha abertura comercial, sobrevalorização cambial e taxa de juros lá em cima, então a atividade econômica tinha que ir “para o brejo”. Com tudo isso junto, e não era pouca coisa, o mercado de trabalho foi para o espaço, o desemprego subiu, a precarização aumentou. E ficávamos nós, nas nossas ONGs, tentando de alguma maneira amenizar o sufoco e buscar saída para essa crise do mercado de trabalho. Esse foi o cenário em que cresceu e prosperou a proposta da economia solidária e, no bojo da economia solidária, a história das iniciativas econômicas populares. Foi nesse cenário de terror econômico-social da década de noventa que nós vivemos.

Quando chegou ao final de 2002, o nosso companheiro é eleito presidente. Começou 2003. Para segurar a onda da herança do Fernando Henrique, a política econômica foi de uma austeridade ímpar. O desemprego cresceu mais ainda, o Lula ficava desesperado, mais ainda ficava o Antonio Palocci. Porque o Palocci, mesmo sendo Ministro da Fazenda, para conseguir uma audiência com o Lula não era tão simples assim. O grupo do Palácio era o Luiz Gushiken, o Luiz Dulci, o nosso amigo Gilberto Carvalho, tinha mais quem? O José Dirceu, eu estava esquecendo o Zé Dirceu. Mas o Palocci não era dessa “copa e cozinha”, que se reunia no final do dia para fazer um balanço do dia e tudo o mais. Mas o Palocci fazia *cooper* com o Lula no Alvorada, de manhã cedinho. Lula precisava caminhar por causa da saúde dele e o Palocci ficava ao lado buzinando nos ouvidos do Lula. E o Lula desesperado. O desemprego não parava de crescer, e o Palocci falando: “não mexe não, segura, segura que vai dar certo.”

Mas 2003 foi um ano complicado. Até que no segundo semestre começou a melhorar. Depois, 2004. O resto a gente sabe: a economia voltou a crescer e o mercado de trabalho começou a “bombar”. Eu quero dizer o seguinte: o cenário em que germinou toda essa proposta da economia solidária, como uma saída em termos de desenvolvimento, em termos de geração de oportunidade de empregos etc., esse cenário, no governo Lula se esvaneceu; mudou o cenário. O cenário do governo Lula foi um cenário de crescimento econômico, crescimento de emprego, formalização, do pessoal com carteira assinada; salário baixo, mas carteira assinada. Foi criada a Secretaria de Economia Solidária, e nós viemos procurando construir a proposta da economia solidária num cenário que já não era o mesmo que tinha dado origem a tudo isso. E esse cenário, em 2011, esse período da companheira Dilma, 2011-2014, que cenário é esse? Então, como eu vejo, claro, é um cenário que, diferentemente daquele início do governo Lula, quando o que nós tínhamos era um país quebrado, e a única coisa de positivo é que se tinha conseguido estabilizar a moeda. Mas para estabilizar a moeda, do jeito que foi, garantindo um segundo mandato para o Fernando Henrique, quebrou o país, deixou milhões de pessoas desempregadas, chefes de família desempregados; e quando se conseguia ocupação, eram ocupações precárias.

Hoje, passado o governo Lula, o cenário qual é? Como eu vejo esse governo da Dilma? A ideia é de que o Brasil encontrou o rumo. Encontrou o rumo de quê? Daquele país que estava deitado em berço esplêndido e acordou? Lembra a música do subdesenvolvido, do CPC? CPC era o Centro Popular de Cultura da UNE, de antes de 64. O MPB4 cantava, acho que não tinha nem esse nome de MPB4 ainda. E cantava essa musiquinha, que é do Carlos Lyra, *Canção do subdesenvolvido*: “O Brasil é uma terra de amores/Alcatifada de flores/Onde a brisa fala amores/Em lindas tardes de abril/Correi pras bandas do sul [...] Encontrareis um gigante deitado [...] hoje o Brasil/ Mas um dia o gigante despertou [...] E dele um anão se levantou/Era um país subdesenvolvido [...]”

Então, o Brasil hoje, na concepção dessa equipe de governo, e acho que no imaginário de muita gente, encontrou o rumo. Isso está, principalmente, na cabeça dessa equipe de governo, desse núcleo do poder, do qual a Dilma é expoente, mas que o Lula faz parte. O núcleo central do poder político do país comunga dessa compreensão. Acredita que o Brasil está no rumo de virar uma potência mundial, econômica, política e, se tudo der certo, militar também. Não é à toa que há todos esses planos dos supercaças etc., e que os militares estão quietinhos, apesar das restrições orçamentárias, porque a promessa para eles é grande.

Então, há essa perspectiva de que nós vamos virar potência. E de que maneira nós vamos virar potência?

Então, há essa perspectiva de que nós vamos virar potência. E de que maneira nós vamos virar potência? Nós vamos virar potência nos transformando numa economia de ponta. Então isso significa, na minha compreensão, na leitura que eu faço: energia. Aí tem Belo Monte, vai atropelar todo

mundo; não tem por onde, o que precisar de energia, vai rolar. O que pode impedir uma coisa ou outra, um atraso ou outro, é o Judiciário. Mas não vão ser os movimentos sociais, nem os movimentos ecológicos, nem nada, porque o Brasil vai precisar de energia, transporte e capacidade de inovação (aí entra o povo da COPPE...).

E um sistema financeiro, essa coisa de taxa de juros, a utilização do sistema financeiro governamental para forçar uma mudança na realidade financeira do país; está dentro dessa estratégia. Nós temos que ter, para esse “projeto”, um sistema financeiro que não seja parasitário, predador como é o nosso; um sistema financeiro que seja funcional a esse projeto de crescimento. Porque a gente vai ter que ter financiamento de longo prazo, uma taxa de juros decente, porque as nossas são absolutamente indecentes, não só para o consumo, mas também para produção e para financiar o sistema produtivo.

Então vejo estes quatro pontos: energia, transporte, capacidade de inovação e financiamento. Esse é o projeto do núcleo duro da economia, desse projeto de transformar o país numa potência. Por quê? Não é porque eles querem ser potência, simplesmente porque gostam, porque querem ser grandes, mas porque a gente tem, entre outras coisas, um fenômeno chamado China. E se a gente não correr, o bicho vai pegar. Por isso é um projeto que tem que ser acelerado. O desespero da nossa companhia presidenta é que a nossa máquina estatal e os nossos processos são complicados. Nosso sistema federativo é complicado. Para operar um governo como esse é difícil, um Estado como esse, é difícil. E a gente tem necessidade de correr, porque os nossos companheiros chineses, conforme o Rogério falou, estão em outro contexto. Já de muitas décadas, eles operam com estratégia de longuíssimo prazo. Eles têm uma população fenomenal, eles formam 300 mil Ph.D por ano, e por aí vai. Os números deles são todos superlativos. Então, nós somos, frente à China, uma “titiquinha”, uma coisinha de nada. Eles estão deixando a América Latina relativamente em paz porque a gente é quintal dos Estados Unidos, e não está na hora de eles enfrentarem os Estados Unidos nesse campo. Mas a África, eles já tomaram conta.

Vejo assim o nosso cenário: pautado por essa configuração, inclusive geopolítica, em termos mundiais. O cenário é esse. Mas junto com isso, por mérito próprio mesmo, tem também a questão da superação da pobreza, pelo mérito da questão em si. Não é como funcionalidade, necessária a um país-potência. Não, a gente tem que reconhecer, tanto por parte do Lula quanto por parte da Dilma. Acredito que a proposta de erradicação da pobreza, ela colocou para 2014; da pobreza extrema. É uma coisa superambiciosa.

Acabei de fazer um trabalho com uma proposta de inclusão produtiva urbana para a erradicação da pobreza extrema. Porque o Brasil Sem Miséria, se a gente for olhar o programa, tem três eixos, sendo o primeiro a transferência de renda; e isso a gente sabe, está melhorando.

Depois tem o acesso a serviços, uma coisa que precisa que se refaça o Estado brasileiro para ele chegar à população extremamente pobre, porque o Estado ainda não chega. Tem todo um esforço do governo para chegar lá. A Maria Emilia está acompanhando esse negócio. Para chegar às áreas de educação e saúde, aí tem a questão da federação, das competências dos municípios. E a gente sabe como é complicado induzir as prefeituras a construir os equipamentos e investir nos serviços para pessoas extremamente pobres. A terceira perna é a inclusão produtiva. Quando você pensa como é no campo, tem essa falha da reforma agrária, mas tem toda uma série de ações para a agricultura familiar, ampliação do PAA e tal. Agora, quando chega à inclusão produtiva *urbana*, que é a nossa praia, da Capina, do Cedac, o que tem? Empreendedorismo para a população de extrema pobreza? Fazer cursinho de empreendedorismo vai funcionar? A gente conhece nossos grupos de produção, nossas associações da economia solidária; as dificuldades para se manter. Pensem, então, no pessoal da extrema pobreza, que tem todas as carências: é com isso que vai resolver? Tudo bem, o Pronatec vai melhorar a inserção no mercado de trabalho. Mas na escala que se precisa?

Então, tem essa história do Brasil grande. Não tenho dúvida que é central e é a questão estratégica maior. Mas não há incompatibilidade com todo um trabalho da superação da pobreza, de políticas de erradicação da pobreza extrema, num primeiro momento e, prosseguindo – problemas ecológicos à parte –, existe uma expectativa com o pré-sal, de se ter um fundo importante. Não é à toa que o fundo do pré-sal está voltado para a erradicação da pobreza, para a educação e inovação.

Aí a gente pensa: nesse cenário, qual é o peso e a importância das iniciativas econômicas populares? Vejo que nas iniciativas econômicas populares existe um peso e uma importância, um lugar. Já dizia o nosso ex-ministro Mangabeira Unger: se a gente quer ser grande, a gente precisa aumentar o nível de produtividade básica da economia. Então esses nossos pequenos negócios têm que ter um nível de eficiência e produtividade muito maior

do que tem hoje. Daí o Pronatec, a expansão dos CEFET, essa coisa toda. Tem que expandir muito mais ainda. Então, isso tem um peso.

A história da criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa está dentro dessa tentativa de ver um caminho para, no nível da estrutura do aparelho do Estado, entender como essa perspectiva pode se desenvolver. Então tem um peso, mas é uma coisa geral: é desoneração tributária, facilidade burocrática, financiamento; esse negócio do sistema financeiro, para você ter realmente condição de financiamento.

Esse tipo de coisa não tem a ver com economia solidária, com esses sonhos. E é uma proposta de peso, importante, mas em termos estritamente mercantis. Não tem a ver com valores éticos, com a questão do popular. O popular, aqui, entra só no sentido de serem pequenos negócios, iniciativas das camadas populares, mas não no sentido que a gente costuma associar ao popular: de carregar uma série de valores. O valor é o valor mercantil de uma sociedade produtora de mercadorias, cuja lógica é essa que a Katia estava reclamando, avassaladora, de valorização do capital.

Então, o que se quer é que os setores populares passem a ter capacidade de acumulação também e não fiquem só na sobrevivência. É esse o peso. Não é o peso que a gente imagina, que a gente gostaria que tivessem os setores populares, que viesse carregado com todos os valores de solidariedade, de ética, ecologia e respeito, pois a gente sempre associa a perspectiva popular com a perspectiva dos oprimidos.

É essa a minha visão, por enquanto.

Parte 5

Sílvio



Vamos continuar a conversa. Conversar é colocar em comum a palavra. Vou trazer a minha para irmos acumulando, gerando ideias. É o que pretendemos nessa nossa Roda de Conversa.

O Parreiras acabou de traçar um quadro das condições mais gerais, na dimensão macroeconômica, que a economia solidária encontra para se desenvolver e superar os impasses com que se depara no quadro marcado no Brasil pela hegemonia clara dos interesses do grande capital nos planos econômico, político e ideológico, da formação de valores.

Eu tendo a focar a questão também na mesma linha do Parreiras. Ou seja, numa perspectiva mais estratégica, de transformação socioeconômica, indagando qual o lugar e qual o papel possível no atual contexto para a

economia popular, para os setores da população que se organizam hoje em torno da economia solidária.

Eu vou falar a partir do lugar social e político em que estou situado, o meu foco de observação e de ação sobre nossa realidade, que é o desenvolvimento rural, perguntando: quais as condições favoráveis e desfavoráveis que hoje encontra a economia popular para se desenvolver? Eu ousaria propor uma visão aplicada do que acabou de falar o Parreiras.

O contexto que vivemos hoje no Brasil rural é extremamente rico em oportunidades e desafios que, a meu ver, são o aspecto dominante num contexto adverso. Vamos tentar um sobrevoo sobre as condições do contexto do mundo rural e das dinâmicas sociopolíticas que aí se desenvolvem.

Muito recentemente, em Brasília, todos sabemos, se reuniu o Encontro Unitário das Organizações e Movimentos Sociais no Brasil. Foi um fato inédito. Uma grande multiplicidade de organizações que mal se comunicavam e se entendiam no plano político-ideológico, com culturas institucionais extremamente diferenciadas e tensionadas, se encontrou, colocou em comum suas perspectivas de ação para o futuro e estabeleceu uma agenda comum de lutas, fundada numa análise convergente do contexto do desenvolvimento rural.

Evidentemente que isso não se deu de um dia para outro. Foi um processo cumulativo de aproximações sucessivas, em que foi evidenciando para as organizações da sociedade a necessidade de colocar em comum as suas forças e as suas muitas fraquezas, visando exatamente ampliar suas forças e superar as fraquezas, por meio de ações concertadas no nível nacional. Esse é um fato revelador de que o próprio movimento se sente enfraquecido e com necessidade de se dar novas perspectivas, buscar novos parâme-

O contexto que vivemos hoje no Brasil rural é extremamente rico em oportunidades e desafios que, a meu ver, são o aspecto dominante num contexto adverso.

tros e novas formas de ver a realidade e de atuar sobre ela. Dar mais densidade e coesão a propostas comuns e buscar formas efetivas de intervenção social e política. Penso que uma marca fundamental do movimento social, hoje, no Brasil, é a sua enorme dispersão, e a situação de perplexidade e de dificuldade de se reposicionar frente à realidade e de redefinir enfoques e métodos de pensamento e ação que lhes permitam ingressar em uma nova trajetória de acumulação de forças na sociedade. O próprio encontro nacional é revelador do desencontro dos movimentos com a realidade sobre a qual o Parreiras acabou de falar, ao mesmo tempo que revela um esforço coletivo de superação.

O movimento social, em sua diversidade de formas de expressão política e de organização, está numa encruzilhada, sem saber muito bem para onde ir, e se encontra enfraquecido. Esse foi um recado essencial do encontro nacional. O outro é a disposição declarada de inovar e reorientar, e o futuro nos dirá se esse objetivo será ou não cumprido e até que ponto. Esse fato novo representa um elemento importante do contexto no qual viceja a economia solidária, na medida em que seus protagonistas sejam capazes de demonstrar, no pensamento e na ação, que a economia solidária constitui ou pode constituir um dos pontos de ancoragem da convergência do movimento social na luta por novos padrões de desenvolvimento. Se situar como um dos pontos de confluência de um esforço coletivo para pensar e praticar novas formas de estruturação das relações econômicas na sociedade é talvez hoje um dos maiores desafios colocados ao conceito e às práticas sociais que dão sentido e valor à economia solidária.

Passando em revista alguns elementos importantes do contexto, é necessário um olhar também sobre as políticas públicas. Em que pese o aspecto positivo de políticas e programas específicos, precisamos estar atentos para que a árvore não esconda a floresta. Ao estarem fundamentalmente voltadas para o fortalecimento do agronegócio, as atuais políticas governamentais têm levado à desorganização das formas de vida nos territórios, desestruturando

culturas e suas bases materiais de existência. Quer dizer, as populações de trabalhadores e trabalhadoras da terra, agricultores familiares, agroextrativistas e populações tradicionais, que dão substância e constituem a base social da economia popular, estão sob o impacto de um movimento crescente, intenso e permanente de expansão do agronegócio em função do processo que tem se chamado desterritorialização das populações. Cresce o capital, o capital invade, expande, ocupa territórios. Vemos isso na Amazônia, no Cerrado, nas áreas de Mata Atlântica; nós vemos isso no sertão baiano, e, mais perto de nós, em Barra de São João (RJ).

O agronegócio tem fome de terras, e as populações que nelas vivem tradicionalmente são cada vez mais expropriadas de seus meios e modos de vida e se veem deslocadas para áreas totalmente distintas daquelas nas quais exercitam suas formas ancestrais de expressão econômica e de organização social. Evidentemente que a desterritorialização, ao romper as bases de reprodução social e econômica das comunidades, resulta em perda da territorialidade e exacerbação do empobrecimento. Ao mesmo tempo, coloca essas populações frente à necessidade de buscar novas formas de organização da vida cotidiana e de reinventar formas de reprodução econômica. Assim, populações pobres que tinham meios de vida relativamente estáveis e autônomos, tornam-se dependentes dos programas sociais compensatórios do governo e passam a integrar os contingentes sociais de extrema miséria. Embora reconhecendo a importância das políticas governamentais de corte social e seus impactos positivos para prover necessidades imediatas e mitigar situações de pobreza extrema, cabe constatar também que essas políticas são pensadas e implementadas de forma absolutamente desconectada das políticas de desenvolvimento. Ou seja, as políticas sociais não têm servido, no caso do desenvolvimento rural, como elemento de favorecimento ou de fomento, chamemos assim, de uma acumulação primitiva desses setores empobrecidos, no sentido de que eles possam transformar esses incentivos em oportunidades para reorganizar ou construir novas

bases de sobrevivência econômica autônoma. Ou seja, do ponto de vista geral, salvo exceções globalmente marginais como o PAA, por exemplo, as políticas governamentais de corte social militam na contracorrente da economia solidária, na medida em que não alavancam a organização e a prosperidade de economias populares protagonizadas por agentes econômicos individuais e coletivos autônomos.

Evidentemente, como disse o Parreiras, esse contexto não configura uma conjuntura curta. Nós não estamos vivendo um momento de pico que pode mudar de uma hora para outra, ou uma bolha, como se diz. Trata-se de uma conjuntura longa, de um novo tipo de processo de acumulação que é dominante e que tenderá a acentuar. É isso que tem acontecido no meio rural.

O substrato dessas políticas e de seus impactos age como um “efeito de esteira”. É como se os produtores familiares corresse numa esteira cada vez mais acelerada, só permanecendo de pé e em equilíbrio aqueles que dispõem de um mínimo de capacidade de capitalização, de condição econômica para continuar como agentes socioeconômicos. O resto vai sendo jogado para fora, ficando à margem, e passando a ser a clientela estruturalmente permanente das políticas públicas compensatórias, até que encontre outra via de reinserção socioeconômica em outros setores, nas cidades ou mesmo no campo.

Esses são alguns dos elementos do contexto que nos permitem dialogar com a proposta e os horizontes futuros da economia solidária.

Ao mesmo tempo que esse contexto adverso se confirma e amplia a abrangência social e geográfica de seus impactos (porque ele não recua, se expande e tende a se expandir), há sinais precursores interessantes que apontam para novos caminhos do ponto de vista da organização econômica, social e política da sociedade. São novas expressões de organização econômica, resultantes do acirramento do conflito das populações locais com o agronegócio, e que expressam, ao mesmo tempo, capacidade de

resistência aos processos de desterritorialização e o exercício da capacidade inovadora das populações para construir alternativas que fortaleçam tanto a capacidade de resistência como sua sobrevivência econômica e a preservação de suas identidades socioculturais. Aí se encontra, a meu ver, um componente vital da economia solidária e popular no meio rural brasileiro, tanto mais importante quanto está ancorado no enfrentamento concreto de carências imediatas e aponta para um novo sistema de relações econômicas descentralizadas, diversas, autônomas, enraizadas localmente e voltadas para o atendimento de necessidades coletivas e individuais dos setores empobrecidos da população.

Quando falamos dos setores mais pobres, é essencial levar em conta que estamos falando de uma população fortemente heterogênea do ponto de vista do acesso aos recursos produtivos, às políticas públicas, ao conhecimento etc. Da mesma forma como há diferenças entre segmentos populacionais, há também diferentes expressões de pobreza dentro de uma mesma família. Nesse caso, estamos falando, por exemplo, de um contingente enorme de mulheres que têm nas relações desiguais de gênero razões suplementares de marginalização econômica e de marginalização política. Nós estamos falando também de jovens, que não têm perspectiva numa economia rural em crise, numa agricultura que lhes apresenta poucas perspectivas de inserção econômica mais ativa.

É nesse universo econômico e socioculturalmente ameaçado que florescem estratégias econômicas inovadoras, como forma de reestruturação, de exercício de novas formas de reprodução econômica, de geração de renda e de autossustentabilidade. Essas estratégias se traduzem em uma enorme diversidade de práticas e de empreendimentos individuais, familiares e coletivos. Estamos nos referindo a associações formalmente organizadas para produção e comercialização de produtos, mas também de uma enorme multiplicidade de iniciativas informais, como grupos de crédito rotativo solidário, bancos de sementes comunitários, compra e uso comum de equipamentos etc.

Todas essas iniciativas de caráter localizado têm um traço comum que me parece fundamental para apoiar uma reflexão sobre as expressões atuais e perspectivas futuras de estruturação e fortalecimento da economia solidária. Em que pese seu papel na preservação da segurança alimentar das famílias, todas elas são estruturadas para a geração de rendas monetárias nos mercados locais. Ou seja, a condição de atuação, a perspectiva, o horizonte de atuação dessas iniciativas inovadoras de organização econômica, vicejam no local e, ao mesmo tempo, estão orientadas para agregar valor ao seu trabalho através da venda dos produtos em distintos circuitos comerciais locais.

Quando falamos dos setores mais pobres, é essencial levar em conta que estamos falando de uma população fortemente heterogênea do ponto de vista do acesso aos recursos produtivos, às políticas públicas, ao conhecimento etc.

Os mercados locais ou de proximidade não são apenas as feiras e os mercados das compras governamentais. Envolvem também outros circuitos informais, como mercados de vizinhança, entregas em domicílio etc.

Essas iniciativas de caráter econômico e sócio-organizativo são fortemente capilarizadas hoje no Brasil. Se nos debruçarmos sobre um mapa dessas iniciativas no conjunto do país, vamos descobrir, desde o norte até o sul, que há manchas contínuas de localização de pequenas iniciativas econômicas e solidárias que se desenvolvem numa grande variedade de formas de expressão. São feiras, são grupos de artesanato, são organizações locais para venda de produtos em diferentes circuitos, são grupos de entrega em domicílio etc., uma enorme variedade de produtos, de formas de organização e de acesso a mercados locais.

Como disse o Parreiras, essas iniciativas são formas de subsistência: elas melhoram as condições de vida e geram alternativas possíveis à sobrevivência das famílias. Mas, como já assinaléi antes, há outra dimensão, de caráter estratégico, embutida nessas iniciativas ou experiências de inovação econômica e

sócio-organizativa. Como práticas sociais concretas e diversificadas, resultantes da inteligência criativa das populações e de seu conhecimento sobre os recursos do meio, elas constituem uma matéria-prima essencial para subsidiar a formulação de um novo projeto de desenvolvimento rural fundado em critérios de equidade e de sustentabilidade socioambiental.

A Articulação Nacional de Agroecologia tem desenvolvido uma experiência extremamente fecunda de reflexão e de sistematização das iniciativas implementadas em todas as regiões do país, ao trazer os ensinamentos dessas iniciativas para o centro do debate sobre um projeto novo para o desenvolvimento rural. Ou seja, trata-se de conectar o debate sobre a economia e as políticas ao movimento nascente de reorientação das estruturas e das relações econômicas em bases democráticas e solidárias.

Isso tem gerado um movimento fecundo de ideias, de propostas de revalorização das práticas sociais nos locais. Evidentemente, essa dinâmica se dá num contexto extremamente adverso, embora tenha uma enorme riqueza do ponto de vista da possibilidade de reorientar a cultura política dos movimentos, de reconectar os movimentos sociais, as redes, as organizações à realidade das famílias, das comunidades.

Os desafios são enormes, porque as barreiras que se opõem no plano macroeconômico e político são poderosas. Há em ação uma verdadeira estratégia do capital, de cerco e aniquilamento, não das iniciativas em si, mas do sentido e do valor que elas assumem ao se constituírem, se desenvolverem e ganharem visibilidade como expressão de movimentos de resistência e de construção de alternativas ao modelo do agronegócio. Ou seja, há um grande risco e um grande desafio: como romper esse cerco? Na verdade, o cerco promovido pelo capital nos campos econômico, tecnológico, político e ideológico tem como objetivo condenar a economia popular estruturada no movimento de economia solidária a se perpetuar como estruturas marginais de “nicho econômico” ou economias de pobreza funcionais à lógica e aos ciclos de reprodução do capital. Há, de fato, um enorme risco de que

essas iniciativas permaneçam ou se reduzam a iniciativas de subsistência, de preservação e de reprodução da pobreza, prisioneiras de formas precárias de organização econômica, de formas precárias e erráticas de renda, de acesso irregular a mercados. Desse ponto de vista, há um enorme risco.

Ao postular, como se tem feito em alguns círculos, que a economia solidária, ou que as iniciativas de economia popular constituem no Brasil de hoje um novo setor da economia, é, a meu ver, ir longe demais. Eu entendo que a economia solidária referencia um movimento de importância estratégica, mas que não encontrou ainda o seu lugar econômico e político dentro da sociedade. É preciso ainda que esse movimento econômico encontre a sua expressão política na sociedade, para que ele possa se construir realmente como um ator que pesa na correlação de forças.

Como eu disse, o movimento da economia, as tendências econômicas dominantes atuais tendem a colocar todos esses movimentos à margem da economia orientada pelo capital. Ao mesmo tempo, as experiências concretas exercitadas pelas iniciativas da economia popular no mundo rural são hoje essenciais para que o movimento popular, como expressão política, possa existir de forma conectada à realidade. Conexão à realidade e expressão política é uma síntese a cumprir por meio de um longo caminho de experimentação social, na qual vão sendo progressivamente geradas formas diversificadas de reprodução econômica imediata, e que sejam, simultaneamente, expressão e fontes alimentadoras de novos fundamentos e novos padrões de organização da economia, de novas formas de produção e de distribuição da riqueza social. Essa síntese é também expressão da síntese que combina economia e política.

Parte 6

Intervenções | manhã

Parreiras

Nessa linha que o Silvio concluiu, uma sugestão: a gente falou de cenário, falou de cenário externo. Mas, pensando em termos de economia solidária, acho que cabe a gente fazer uma discussão do nosso cenário interno de economia solidária, do cenário político interno.



A nossa fragilidade política, hoje, tem muito a ver com a nossa divisão. Não sou a melhor pessoa para falar disso, mas sinto que nós temos uma divisão arraigada dentro do movimento da economia solidária, e essa divisão está nos custando a ausência de uma estratégia, de uma capacidade de influenciar mais decididamente as políticas e as ações das agências governamentais que apoiam a economia solidária: a SENAES, o BNDES, a Fundação Banco do

Brasil, o MDA, o MDS. Cada uma delas se articula pontualmente numa ou noutra ação. Agora, não tem uma articulação entre elas que potencialize em torno de uma estratégia acordada pelo movimento da economia solidária, porque o movimento da economia solidária está disperso. A palavra é esta: disperso. Porque há uma divisão profunda de perspectiva, de percepção que, na minha maneira de ver, tem como ser negociada politicamente para que se encontre uma unidade mínima na ação, para que se possa crescer e sobreviver nesse cenário meio tétrico que eu estou enxergando.

Diogo

Para quebrar o gelo, tomo coragem para tecer alguns comentários em cima do que foi exposto. Sou Diogo, de São Paulo, trabalho no Instituto Kairós e no Núcleo de Economia Solidária da USP.



O primeiro conjunto de coisas que estão muito presentes na minha cabeça há muito tempo, a partir do diálogo que o Kairós vem tendo com a Capina, é um pouco essa flutuação que se tem na discussão entre economia dos setores populares e economia solidária. A conceituação desses dois campos se faz necessária, eu acho, porque eu enxergo diferenças entre o que a própria Capina trabalha, como economia dos setores populares, e o que a gente no Kairós, ou no movimento de economia solidária, chama de setores populares.

Pelo que eu conheço da Capina, é diferente porque eles têm muita intenção nas suas formulações. É diferente, inclusive, do que eu conheço como economia popular. Economia popular, a meu ver, deveria ter um campo. Economia dos setores populares, talvez, não sei, outro campo; e a economia solidária, um terceiro campo. Ficar indo e vindo sobre esses campos sem ter um pouco mais de clareza das diferenças que podem estar por trás disso,

não é tranquilo. Acho que se faz necessário ver mais claro. Não consigo enxergar essas coisas como sinônimos.

A economia dos setores populares tem um espectro, uma abrangência muito maior. Abarca um conjunto muito maior de iniciativas que são da economia popular que estão por aí. Enquanto a economia solidária é um campo mais restrito, e a diferença é que tem um caráter político de uma ação em si. Essa é a primeira questão que eu queria colocar no campo de reflexão. Pensar um pouco sobre isso. A outra é a questão desse contexto amplo de surgimento da economia solidária no Brasil dentro da crise do trabalho da década de noventa. Hoje, não se tem essa crise do trabalho tão explícita. Paul Singer coloca a perspectiva do estado do pleno emprego. Tenho minhas dúvidas, minhas questões quanto a isso.

Acho que é difícil falar que a economia solidária surge nesse momento da década de noventa no Brasil. É limitado colocar a economia solidária assim. Perde uma parte do histórico de luta dos trabalhadores. Talvez, o principal na pauta da economia solidária, seja a luta contra um processo de trabalho assalariado, de trabalho subordinado.

Então, coloco a economia solidária como um conjunto de experiências que vem resistindo a essa forma de organização da sociedade, ao modelo capitalista de produção. Estrategicamente, dado o contexto da década de noventa, era muito forte o fim da bipolaridade no mundo, do estado socialista, socialismo real e estado capitalista. A essa bipolaridade, talvez tenha se colocado o nome de economia solidária para não ficar no medo do Lula de que fosse fazer expropriação dos meios de produção, num projeto de poder do PT. As coisas ficaram mais *light* nos seus discursos, e aí cai um pouco no que a Kátia estava trazendo, nos riscos da cooptação. Abandonamos as grandes bandeiras, as bandeiras centrais estruturantes das nossas pautas, dos nossos discursos.

Contra o trabalho assalariado, lembro claramente, quando estava com a Ângela lá na Prefeitura de São Paulo, começando a trabalhar isso, tínhamos

uma dificuldade muito grande, porque a gente era contra o trabalho assalariado, e se vivia num momento de crise do trabalho, do desemprego em massa. “Como assim, vocês são contra o trabalho assalariado?” É muito difícil dialogar com os trabalhadores sobre a gente ser contra o trabalho assalariado. Eles vão olhar para você e vão falar: “são uns doidos.”

Então, abandonamos isso e começamos a falar as coisas de outro jeito. E isso acaba podendo ser facilmente cooptado. Vem a economia verde, o empreendedorismo social, a economia criativa, que vão trabalhando com isso e embaralhando muito nosso meio de campo.

A apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores, outra pauta central que a economia solidária tem, quando falamos de autogestão e de democracia na esfera da produção, estamos falando de apropriação dos meios de produção. Isso não está de novo na pauta. Então, essa não radicalização dos nossos discursos, pode ser vista como uma coisa estratégica, dada a conjuntura internacional. No entanto, a economia solidária se apresenta como uma proposta socialista, uma nova leitura socialista para o debate. A gente perdeu isso. Talvez agora seja necessária a radicalização de novo, frente aos riscos de cooptação.

Concordo totalmente, dentro do movimento, com essa questão do racha que existe. Essa tensão está limitando muito as nossas ações e o nosso diálogo para fora e para dentro. Essa falta de unidade está muito forte hoje, e talvez a gente precise realmente conseguir negociar isso politicamente. Por ora, era isso que eu tinha rabiscado aqui como comentário.

Robson

O bom da conversa é que a gente se sente *mesmo* na conversa. Estou me sentindo muito à vontade para falar besteira, inclusive. O que vou falar é só uma introdução. Meu nome é Robson. Hoje, estou coordenando um projeto na Fiocruz, o Mata Atlântica. Fica lá na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá, área de uma bruta intervenção da Prefeitura do Rio de Janeiro

e de milícias espalhadas no território, tráfico de drogas e grandes empresas. E é nesse contexto que também está a economia solidária.

Mas o que está me mobilizando na fala do Silvio e do Parreiras é o que nós queremos transformar. Essa é

uma pergunta que me fizeram há algum tempo. O que, de fato, nós queremos transformar a partir das nossas práticas, das nossas intervenções, e de onde a gente está, nas universidades, nas instituições, enfim.

Outra coisa que está me mobilizando hoje é a preocupação com o espaço de que dispomos para a reflexão das nossas práticas. Como que a gente para para pensar? Quer dizer, na velocidade brutal que vivemos, não conseguimos mais parar para fazer reflexões, e estamos cientes que estamos abafando e fazendo coisas radicais, transformadoras, inovadoras.

Eu queria fazer uma provocação para economia solidária. Dizer assim: qual a coragem que vamos ter de olhar para a economia solidária e dizer o quanto fomos capturados num processo que vem desde 2003? Na verdade, o que está posto no que o Parreiras trouxe no finalzinho, e que me incomoda, no sentido da reflexão, é o tanto que dessa lógica incorporou a economia solidária.

Então, estamos acreditando que os fóruns, as redes, são processos que são interessantes, mas que tem um tanto que precisamos olhar e dizer assim: qual é o jogo que está se dando dentro disso? E não é fácil, é muito doloroso, na minha visão, porque vamos ter que nos defrontar com uma série de questões sobre o que nós apostamos e escolhemos. Não foi outro que escolheu, nós escolhemos: a interação, a relação com a SENAES, com o governo, e a maneira como os fóruns estão funcionando.

Mas, ao mesmo tempo, olho para isso e consigo enxergar que tem muitas coisas interessantes acontecendo que não estão no campo da institucional-



zação da economia solidária. Isso é bem legal. Tem muita gente que trabalha a economia solidária sem estar vinculada a fóruns, a redes, a nada disso. E muita gente que se pergunta: “para eu ser economia solidária, tenho que estar dentro disso?” E somos levados a dizer: “não vai fazer a menor diferença, meu irmão. Vai tocando a vida, vai trabalhar o consumo de outra maneira, e a gente vai reinventando.”

Então, queria trazer um pouco para a Roda essas histórias, e olhar um pouco para as nossas práticas para sentir o quanto conseguimos ter de insurgência. Gosto dessa palavra: insurgir. Acho gostoso falar disso. E, nessa direção, queria falar também da relação do saber e do poder.

Uma Roda de Conversa me deixa à vontade para entender que se pode fazer o saber e o poder circular. E isso está posto também para iniciativas econômicas locais. Como uma iniciativa econômica local consegue sobreviver frente ao tráfico de drogas e às milícias? Quando o Parreiras fala dessa conjuntura, eu olho para o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é a pérola desse projeto de Brasil, de China, sei lá! Você olha o que está acontecendo com o Rio de Janeiro, e agora caiu a ficha para mim: vou levar três horas para chegar à Urca porque é esse o modelo que está posto. Então, me chama atenção tudo o que foi feito para a eleição do Eduardo Paes: por que tanta força do Lula, tanta força da Dilma, tanto dinheiro? A campanha mais milionária que aconteceu em todo o país estava aqui no Rio de Janeiro. Agora para mim está fazendo sentido. Não estou tão mal agora.

Léo

Sou advogado, participei como coordenador da primeira fase da etapa do mapeamento dos empreendimentos da economia solidária no Rio de Janeiro, e que foi interrompido pelo problema que aconteceu com a ANTEAG.

E o que está me trazendo aqui para fazer observações é em cima das falas anteriores: a questão da dificuldade conceitual. Acho muito curioso, porque a economia solidária, por exemplo, na Constituição Federal, ela inexistente.

Ela ainda está prevista como cooperativismo e outras formas de associativismo. Isso realmente alavanca ainda mais essas confusões conceituais que se colocam.



Quando o Parreiras pede a palavra para falar dessa falta de integração, a gente vê que é pior do que a falta de integração. Chega-se mesmo a ser como políticas contraditórias. Eu daria o exemplo lá do Espírito Santo, quando aprovam uma lei da economia solidária, e um dia depois ou no mesmo dia, aprovam uma lei do cooperativismo. Ou seja, é uma situação de disputa latente que é bastante emblemática.

Nesse sentido, acho que cabe, talvez, uma discussão sobre mudança de paradigma acerca do marco legal. Porque a velocidade com que se modifica o trabalho, as condições de trabalho, é muito intensa. Então, talvez seja hora de se pensar uma nova metodologia, uma pesquisa em que se possa buscar do trabalhador qual é o melhor uso que ele pode fazer, conhecendo o uso que ele faz de si. Talvez essa regulamentação possa partir por nichos que são reinventados a cada instante por essa velocidade terrível das tecnologias e que levam à questão da competitividade, não só entre órgãos, mas também com entidades de apoio e fomento, e até mesmo entre os próprios empreendimentos de economia solidária.

Porque essas normas que são colocadas, essas normas prescritas, elas enquadram por demais essa captação por melhor uso de si que o trabalhador pode fazer. E, por fim, deixar aqui nessa Roda de Conversa essa grande dúvida: qual o grau de efetividade que as entidades de apoio e fomento conseguem ter em relação à emancipação dos empreendimentos de economia solidária? Nessa relação, a gente percebe quase que como um feudo. Estou usando essa palavra feia, feudo. Mas há uma dependência muito grande em relação à perspectiva e a possibilidade de emancipação.

Angela

Sou Ângela, atualmente trabalhando no DIEESE. Queria só pegar um aspecto. Há várias coisas sobre o que o Parreiras disse, ou o Sílvio e outras pessoas, que à tarde, provavelmente, vou poder trazer na minha conversa. Vai dar para refletir um pouquinho mais. Mas agora eu queria pegar um elemento que, há muito tempo, na verdade, desde que eu comecei a me aproximar e trabalhar com esse movimento de economia solidária, me persegue.

O que o Diogo acabou trazendo para a conversa me fez lembrar um pouco Celso Furtado. Ele dizia que, para alguns economistas, quando a realidade não se encaixa na teoria é melhor alterar a realidade para manter a teoria. Não sou da geração 77, mas já estava começando a perceber alguma coisa nessa fase. Vivi todo o final da ditadura e acompanhei a constituição de vários movimentos sociais, sobretudo movimentos sociais rurais, mais particularmente o Movimento Sem Terra. Tive uma grande escola em termos de uma série de coisas que recorrentemente voltam na minha memória política ou na minha memória cidadã. E o que acho dessa fala do Diogo sobre esse processo nosso de luta, de construção democrática, de tentar ir sistematizando as experiências históricas, faz com que a gente vá encadeando uma coisa na outra, e uma teoria vai salvando a outra.

Então, toda frustração que nós vivemos com a queda do Muro de Berlim, com a crise do socialismo, o fim da Guerra Fria, os nossos projetos políticos que se embaralharam, e nós reconstruindo uma série de utopias. De repente, parece que nós começamos a jogar para dentro dessa concepção de economia solidária todas as nossas velhas e grandes, e sempre presentes, utopias de superação do capitalismo. E tentamos enxergar na realidade coisas dessa utopia que não dá para enxergar. Isso



acaba pressionando os trabalhadores, pressionando a organização dos trabalhadores, a expressarem uma coisa que eles ainda não são. E acho que isso tem impactos pavorosos na elaboração de políticas públicas para esse setor. À tarde, posso aprofundar um pouquinho essa questão.

Agora, queria só trazer algumas coisas para pensar isso, problematizar. É uma discussão que considero muito basilar, inclusive nessa divisão que o Parreiras aponta da economia solidária. Essas visões que temos, a expectativa que cada um de nós tem em relação ao que significa a economia solidária. Acho que provoca mais a divisão do que propriamente a organização dos trabalhadores que tentam criar outras formas de organização econômica. Fizemos um trabalho, lá no DIEESE, a partir dos dados do SIAS. Evidentemente, todo mundo já sabe que estão desatualizados, mas, enfim, os dados de 2005 e 2007 expressam exatamente aquele contexto e aquele surgimento do cenário político nacional da economia solidária que o Parreiras trouxe.

Fazendo alguns cruzamentos de informação, o que a gente percebe? Os empreendimentos da área urbana, extremamente concentrados na região Sul e Sudeste, organizados de maneira informal, em grupos informais, naquela base de dados, diziam que a principal motivação para sua criação era ser uma alternativa ao desemprego. Na verdade, as pessoas que ficaram desempregadas e não tinham como sobreviver encontraram nas formas de organização, coletiva ou não, um jeito de ter um emprego, de ter uma ocupação. Não era para superar o capitalismo, não era para superar o assalariamento, nada do que gostaríamos de ver.

Não era à toa que os beneficiários dos programas de transferência de renda da Prefeitura de São Paulo, o tempo inteiro, inquiriam a quem ia lá tentar organizá-los: “como assim, vocês não acreditam no trabalho assalariado?” E se a gente olhasse para os empreendimentos do meio rural, concentrados sobretudo na região Norte e Nordeste, organizados na forma de associativismo, o principal motivo de eles se organizarem dessa forma

era o acesso ao crédito, uma política indutiva do Pronaf e de outros fundos rotativos operados por ONGs ou pela igreja.

Nós temos uma realidade muito complexa. Na nossa perspectiva de transformação social, nas nossas utopias de transformação, não podemos nunca partir do ponto de chegada. A gente começa do ponto de partida mesmo, e consegue enxergar qual é o público, quais são as suas estratégias. Tentar entender que complexidade é essa.

Esse conceito que o Parreiras trouxe, achei perfeito, ele foi preciso. Foi muito bom ter começado com essa fala do Parreiras, porque sentamos no formigueiro ou vamos ficar numa situação cômoda e continuar tentando encontrar aquilo que ainda não existe. Nós temos um caminho longo para percorrer mesmo, como o Silvio falou.



Tarde | Parte 7

Reabertura

Terê



A ideia agora é retomar a partir do que a gente conversou na parte da manhã, dar certa continuidade. A parte da manhã teve esse caráter meio de contexto, de pensar como estão essas possibilidades dos empreendimentos e das iniciativas econômicas populares. Agora à tarde, a gente pode olhar um pouquinho para o

âmbito das políticas públicas. Avaliar como as políticas estão destinadas e quais os seus efeitos.

Depois dessa observação, a sugestão é que a gente parta para uma contribuição mais focada da Angela, da Maria Emília e do Francisco Oliveira.

Com esse olhar a mais sobre as políticas, a gente pensou na seguinte questão: que políticas públicas têm se mostrado acessíveis às necessidades da economia popular? Quais os ganhos e/ou insuficiências a gente consegue identificar nessas políticas?

Angela



Primeiro, queria agradecer à Capina por essa oportunidade. É sempre muito bom, no meio da correria, poder dar uma parada para uma conversa. E as pessoas que estão aqui têm uma trajetória tão rica que a gente vai poder partilhar um pouquinho.

Segunda coisa: minha fala talvez fique um pouco misturada. A princípio, eu estava prevista para falar pela manhã e vocês falaram comigo para passar para a tarde. Do que eu vinha pensando para falar hoje, na conversa da manhã, acabei repensando e acho que vou fazer uma fala um pouco mais livre, menos organizada do que eu tinha preparado. Porque várias questões apareceram e estou preferindo dialogar com elas um pouquinho. Não é possível, numa fala rápida, conseguir abordar todas as nuances das questões que surgiram. Mas nosso propósito é conversar, então vou pensar em voz alta, procurando nos provocar. E minhas questões são estimuladas por um desejo de transformação, de como podemos mudar a realidade vivida.

Uma das questões que me surge decorre do pensamento de Antonio Gramsci sobre a hegemonia e contra-hegemonia. A fala do Parreiras hoje pela manhã foi muito bacana, pois deu aquele panorama do que é o projeto hegemônico hoje. E então me provoca a pensar sobre a construção contra-hegemônica, por onde ela passa? Como o movimento e os diferentes atores da economia solidária e da economia popular estão implicados nisso, a partir de suas diferentes inserções?

Lembro-me de um debate em São Paulo, no final da década de 1980, no governo da Luiza Erundina, sobre uma coisa que é muito atual: se era ou não corrupção o fato da então prefeita emprestar um ônibus da CMTc para levar

um grupo dos Sem Terra para um evento em Cajamar, São Paulo. Então, o Renato Janine Ribeiro, professor de Filosofia da Universidade de São Paulo, escreveu um artigo na revista do PT, *Teoria e Debate*, intitulado “Os perigos do universal”. Ele refletia sobre a ideia de que os fins justificam os meios, argumento que muitas vezes foi utilizado pelos projetos libertários para explicar atitudes como aquela do uso de um bem público para interesses particulares (de um movimento). Atitudes que parecem legítimas para quem entende ser porta-voz de um projeto redentor para a sociedade, podem não ser para quem não se sente parte ou representado por aquele projeto.

Quando a gente está discutindo o nosso projeto de transformação, ou os nossos projetos de transformação, essa reflexão dos perigos do universal sempre volta. Volta, não pela discussão da corrupção, mas pelo aspecto da legitimidade social e capacidade dos nossos projetos de representar o todo em uma sociedade muito complexa, desigual e diversa como a que vivemos. Nós temos diferentes graus de inclusão, diferentes graus de exclusão, diferentes situações dos trabalhadores brasileiros de inserção no mundo do trabalho, diferentes condições de desenvolvimento e de acumulação das empresas brasileiras. Tudo que não ajuda nas nossas reflexões são as nossas generalizações, dizer coisas que tornem a situação absoluta (que podem nos levar a uma ideia de “universal”). Dificilmente conseguiremos explicar o Brasil dessa forma ou agir de maneira efetiva na construção contra-hegemônica.

Precisamos, em toda reflexão que fazemos, sobretudo sobre a nossa prática, considerar a desigualdade estrutural e a diversidade que vivemos. Ao construir medidas, ou os planos estratégicos, ou os projetos utópicos, precisamos considerar que partimos dessa realidade desigual e diversa. Às vezes, fazemos proposições em termos de política pública, em termos de projeto de organização, a partir das organizações onde estamos inseridos, achando que é a solução para a humanidade. A solução para um não é, necessariamente, a solução para todos.

Isso é válido tanto do ponto de vista da organização social (elaboração dos projetos políticos para mobilizar a sociedade pela transformação) como para pensar estratégias de construção de contra-hegemonia em diferentes espaços, como, por exemplo, a disputa e a construção das políticas públicas.

Essa é uma questão para mim, quando se pensa políticas públicas. Às vezes as generalizações no tratamento dos problemas aprofundam as desigualdades e sacrificam a diversidade.

Quando falamos, pela manhã, sobre o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o programa da merenda escolar, que são demandas que vieram do mo-

vimento e foram políticas que responderam a demandas do movimento, ocorreu-me outra dimensão dessa reflexão, que tenciona o que se disse até aqui. Essas políticas são nacionais, com regras válidas para todo o território, pouco permeáveis a ajustes locais de acordo com as desiguais e diversas realidades. E se elas fossem menos rígidas conseguiríamos tornar viável a política pública? A nossa força política permitiria criar uma regra complexa? A complexidade conseguiria ser expressa de forma

A herança do planejamento centralizado é também uma forma de fortalecer as iniciativas locais conectando-as a um projeto mais amplo.

a consolidar mudanças ou acabaria por fragmentar mais ainda a realidade e enfraquecer a efetividade das políticas e das transformações esperadas? Essas são contradições vivenciadas cotidianamente por quem gere políticas públicas. A herança do planejamento centralizado é também uma forma de fortalecer as iniciativas locais conectando-as a um projeto mais amplo. É tênue a linha que distingue *os perigos do universal dos perigos da fragmentação*. Precisamos estar atentos!

Outra questão. Alguém falou aqui do Estado federado. Vivemos num Estado federado que, supostamente, deveria ter uma cooperação entre os entes da federação na implantação das políticas. Mas é uma federação ainda frágil,

onde só algumas políticas têm definição clara de qual é o papel de cada um dos entes da federação, com um fundo determinado, com uma lei que regula, entre outros aspectos que viabilizariam uma ação cooperada, complementar e integrada. Mais uma generalização que não ajuda a compreender bem a realidade e encontrar soluções mais efetivas.

A análise crítica às políticas públicas deve considerar o processo de sua construção. A fala do Rogério nesta roda foi muito interessante. As mudanças não foram somente no âmbito da sociedade ou da atividade econômica, elas também aconteceram no Estado brasileiro. Não dá para dizer hoje que o Estado brasileiro seja monolítico. Ele é um Estado absolutamente disputado. De uma parte é correto o que o Parreiras estava dizendo: há um projeto hegemônico-capitalista que impera, que o determina ao fim e ao cabo. Mas, de outra parte, não podemos negar que houve avanços na última década, e hoje temos uma disputa mais expressiva na sociedade pelos recursos e pelo papel do Estado. Talvez tenhamos avançado alguns passos na construção de uma social-democracia no Brasil.

Hoje, a gente tem um Estado que é menos monolítico. Ele tem forças contra-hegemônicas dentro dele, no âmbito dos municípios, no âmbito dos estados e na União. Ao mesmo tempo temos forças bastante vigorosas que continuam usando o Estado como sustentáculo para o desenvolvimento capitalista e para a reprodução da desigualdade. Temos forças sociais que tentam operar em sentido contrário, que tencionam esse Estado e que permitem que, de repente, surja uma política interessante. É importante olharmos para isso e refletir sobre como avançar nesta realidade. O que pode fortalecer a disputa do sentido, do significado e do papel do Estado para responder às demandas diversas para superar a desigualdade estrutural na nossa sociedade? Isso dialoga um pouquinho com a Maria Emília quando ela diz que o Estado vê as pessoas como “beneficiários” e não como “sujeitos de direitos”. São programas, e não são políticas. Acho que a gente tem que tencionar um pouco essa ideia.

Vi uma entrevista da ministra Teresa Campelo, do Desenvolvimento Social, na revista *Carta Capital* da semana passada, que foi muito interessante. Ela chama atenção de algo que já vinha ocupando espaço nas minhas reflexões: o quanto o Programa Bolsa Família, e o Cadastro Único para Programas Sociais, mais que o Bolsa Família, está sendo um instrumento para forçar uma mudança no Estado no sentido de ampliar a oferta dos serviços públicos que são direitos de cidadania. Na medida em que o governo se propõe a erradicar a miséria, propõe um programa como o Brasil sem Miséria, diz que vai ampliar o acesso aos serviços públicos, a mensagem que passa é de que combater a miséria significa não só a renda, mas ter acesso aos serviços públicos: garantir a educação, garantir a saúde. Isso em breve obrigará o próprio Estado a se reformular para atender o cidadão.

Dita, ou não, tem uma mudança substancial na relação do Estado com o cidadão. Em minha opinião há, nos anos recentes, uma percepção, explícita ou não, dos direitos de cidadania. Sobretudo na área de educação, saúde e assistência social. Essa rede tem se ampliado. Podemos discutir a qualidade, podemos discutir até o que se alcançou, se podia ter ido mais longe ou não. Mas há um avanço em relação ao que era a visão anteriormente, uma mudança importante nas mediações. A mudança mais substancial que houve nos programas de transferência de renda, comparando a época do Fernando Henrique com a época do Lula, foi essa relação direta do Estado com o cidadão na hora de reconhecer o direito. O fato de o indivíduo ir lá e se cadastrar direto num órgão público, e ser selecionado pelas condições que ele declara, e não por mediações do prefeito, do padre ou de qualquer outro mediador, isso é uma mudança. Alguém que diz: “ele é pobre mesmo, dê a bolsa a ele.” Essa relação mudou porque o sujeito vai percebendo, aos poucos, que aquilo é um direito dele e não é benesse de alguém.

Esse é o fundamento do que a gente discutiu nos anos oitenta, da percepção da cidadania: como é que o cidadão se percebe. Foi uma coisa que se tentou muito na implantação dos programas sociais em São Paulo,

no governo da prefeita Marta Suplicy — de 2001 a 2004. Quanto mais se conseguia aproximar o cidadão do Estado, mais ele tinha consciência do direito dele de cidadania e que ele não estava sendo beneficiado por benevolência de alguém. Essa é outra questão que exige um tencionamento nessa estrutura rígida do Estado e que a gente deveria fortalecer. Continuar tencionando para que isso avance a fim de que se possa alcançar outro estágio de desenvolvimento das políticas públicas. Superar demandas básicas nos leva a problemas mais complexos. E esses problemas complexos, em se tratando de políticas públicas, colocam a disputa distributiva em outro patamar na sociedade.

O nosso debate hoje me sugeriu que há certa perplexidade com uma constatação: as mudanças ocorridas recentemente contribuíram não para diminuir os problemas, mas para torná-los muito mais complexos. Parecia mais fácil, durante a Constituinte de 88, fazer as discussões que fazíamos, e parecia mais simples, para quem começou a implantar o SUS depois da Constituição de 88, achar que tinha que ter um atendimento básico. Ter a equipe de saúde, o médico que ia atender a pessoa. Outra coisa é chegar a ter um sistema de distribuição de medicamentos de alta complexidade para todo cidadão que tiver que recorrer a ele. Ou começar a discutir os impactos na saúde pública de questões relacionadas ao saneamento, à moradia, às condições alimentares etc. Uma coisa é você ter direito à escola, outra é começar a discutir a qualidade da educação. Então, essas conquistas que a gente vai tendo nos permitem, como sociedade, tornar mais complexa a nossa própria demanda e começar a discutir com maior profundidade quais são as transformações que de fato precisamos.

O nosso debate hoje me sugeriu que há certa perplexidade com uma constatação: as mudanças ocorridas recentemente contribuíram não para diminuir os problemas, mas para torná-los muito mais complexos.

Voltando para aquela ideia inicial: se percebemos uma hegemonia e queremos construir um processo contra-hegemônico, quais são as atitudes, quais são os movimentos que nos permitem acumular nesse processo? Vejo essa construção das políticas públicas e a entrada de gestores mais permeáveis ao debate público, mais permeáveis a esse tencionamento social, como uma oportunidade de ir perfurando esse bloco monolítico que distribuía e alocava os recursos públicos sem consultar, em nenhuma esfera, em nenhuma instância a sociedade. Não temos a situação ideal, mas a partir da Constituição de 88, sobretudo a partir do governo Lula, temos espaços de tencionamento muito mais evidentes e de disputa dos recursos públicos também mais evidente.

A esquerda, os movimentos sociais, muitas vezes por preconceito ou por termos parado numa reflexão da nossa relação com o Estado lá na ditadura, avançaram pouco nesse embate. Se há uma hegemonia e nós queremos construir a contra-hegemonia, se nós não estamos aqui só para garantir a reprodução simples da vida, se nós estamos aqui para ampliar esse projeto, então temos que ocupar todos os espaços possíveis para acumular forças. A oportunidade das políticas públicas, a oportunidade de governos democráticos, deveria contribuir nessa direção, e de fato tem contribuído, mais ou menos em alguns lugares, com reverses em outros, mas temos acumulado. Compreender e organizar esforços para disputar os fundos públicos, que são alocados prioritariamente para o desenvolvimento do capital, para também possibilitar o desenvolvimento de outras forças produtivas dentro da nossa sociedade. E se, como dizem os antropólogos, o ser humano é ser, viver e existir, a gente tem a perspectiva de disputar a sobrevivência, a reprodução e a significação da vida.

Quero trazer mais uma dimensão para esse debate. A construção dos nossos movimentos e dos nossos processos de resistência a partir da sociedade. Costumo polemizar muito nesse ponto, porque a gente tem uma tendência a ser vanguardista; iluminista e vanguardista. A gente não conseguiu se libertar

dessa tradição. Continuamos achando que vamos trazer a luz ao mundo, que somos os bons, os melhores, de novo, os universais. E perdemos a capacidade de aglutinar. Quando aceitamos nas nossas trincheiras somente os bons, e os bons são aqueles que se enquadram dentro dos nossos critérios de quem é solidário, e solidário é o empreendimento que tem autogestão plena, que tem democracia, que não tem subordinação do trabalho, a gente exclui todo o resto, e sobrarão poucos.

Falo isso porque a gente não deveria partir do ponto de chegada, mas do ponto de partida. E compreender, sobretudo, que não necessariamente ser um autônomo na periferia urbana é uma opção — pode até ser de alguns, mas não é de todos — é a condição. Temos uma desigualdade estrutural. Se a gente exclui esses trabalhadores porque dizemos que eles são capitalistas, protocapitalistas, individualistas, qual é a capacidade que temos de ampliar a nossa própria trincheira? Para onde nós vamos ampliar? Só vamos aceitar dentro da nossa trincheira quem já está “prontinho”?

Quando pensamos o marco legal da economia solidária, muitas vezes idealizamos um modelo que transposto para a realidade representa mais a nossa utopia, a nossa vontade de chegar lá. Mas as pessoas estão lá, estão trabalhando, se virando como podem para reproduzir a sua vida, a vida da família, inclusive, usando as ferramentas que estão disponíveis.

As pessoas só ampliam horizontes quando derrubam o muro. Não tem como enxergar possibilidades que não estão colocadas, que não foram postas para você. Por aí, entro na questão das políticas indutivas, que é outra discussão histórica no nosso meio. Há quem considere que políticas indutivas representam sempre uma ingerência na autonomia das comunidades. Do ponto de vista de construção contra-hegemônica, a gente deveria apostar, e muito, em políticas indutivas — que mobilizem forças produtivas dentro de outra lógica que não a do capital somente —, porque é a nossa chance de alocar, de forma diferenciada, os recursos públicos geridos pelo Estado. Chamo de políticas indutivas aquelas que oferecem instrumentos para favorecer de-

terminadas formas de organização produtiva, sem que elas existam previamente em todas as localidades onde serão ofertadas. Por exemplo: Pronaf. Essa política estimula, entre outras coisas, o associativismo entre agricultores familiares, não só entre os que já estão organizados, mas para os que não estão também. Políticas dessa natureza podem, sem se converter em camisas de forças, criar outro ambiente para a economia solidária.

Poderíamos disputar mais os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por exemplo, para criar políticas de apoio ao associativismo urbano, para os trabalhadores “por conta própria”, para que eles vislumbrassem outras estratégias que não apenas o empreendedorismo e o microcrédito individual. Precisamos parar de apenas reproduzir a lógica do capital, que é a seguinte: trabalhador é força de trabalho a ser qualificada para melhor produzir para o capital. E qual é a política pública para quem tem que ser capacitado? Formação, qualificação de mão de obra. Se pensarmos na economia solidária, que se propõe a ser outra forma de produzir bens, reproduzir a vida, essa economia solidária precisa de crédito, precisa de tecnologia, precisa de instrumentos adequados para autogestão, além de outros insumos que qualquer empresa precisa. Embora com outro sentido e outra significação, mas precisará de ferramentas de produção, investimento. Claro que também precisará de qualificação, mas não só isso. A qualificação de mão de obra prepara basicamente para inserir no mercado de trabalho assalariado. Se quisermos que haja mobilização das forças produtivas no campo da economia solidária, será necessário ampliar outras políticas.

Numa sociedade como a nossa, ganhar o governo não significa ganhar o poder. O Estado é uma instituição da sociedade que está ali; é um contrato social que espelha a correlação de forças na sociedade. A nossa disputa é para mudar o contrato social. Enquanto a gente não muda o contrato social, qual é a tática? Se a nossa estratégia é transformar um mundo de desigualdades numa sociedade mais justa proporcionando vida digna para todos, quais serão nossas lutas cotidianas?

Então, aí estão as velhas discussões da esquerda. Ao pensar estrategicamente, é preciso pensar a acumulação de forças. Hoje não temos uma correlação de forças que nos favoreça para grandes transformações. Parreiras já nos disse que o problema do Brasil não é com os pobres do Brasil, é com a China. Como podemos nos tornar um incômodo? Quando o Lula assumiu, o incômodo era a pobreza, o desemprego, e isso são indicadores que estão melhorando significativamente. Como a gente se torna um incômodo transformador hoje? Quais são as questões que nos permitem ir adiante?

Creio que um olhar urgente deve ser, sobretudo, para as periferias dos grandes centros urbanos. Não sabemos o que propor para os pobres urbanos. Não sabemos. Outro dia, um amigo me perguntou o que dava para fazer lá em Heliópolis em termos de trabalho e renda. E tudo esbarra num monte de dificuldades. Então acho que qualquer acumulação de forças transformadoras, no sentido de construção contra-hegemônica, para mim, hoje, passa também por saber o que fazer nas áreas periféricas urbanas.

Aproveitando a oportunidade do Brasil Sem Miséria, de inclusão produtiva, qual é a resposta que a gente tem para dar? Com todas as dificuldades que tem ainda para pensar isso no meio rural, com todas as transformações que estão havendo no meio rural e que também colocam novos desafios, já temos um acúmulo maior de proposições. Mas ainda não sabemos o que dizer para um autônomo, não sabemos o que dizer para um trabalhador que tem um negócio pequeno e que compete com o vizinho numa periferia urbana. Não temos propostas transformadoras para ele. São trabalhadores que não estão organizados e estão, sobretudo, concentrados nesses centros urbanos.

Sem a pretensão de desenvolver uma linha coerente de raciocínio, nessa roda, dei voltas sobre alguns aspectos de uma mesma questão: como ampliar a força política que pode pressionar por transformações mais estruturais nesse contrato social que está aí, nessa distribuição e alocação dos recursos

dos bens públicos? Não acho que possamos ficar no nosso vanguardismo, só vendo aquilo que é espelho. A economia solidária, numa perspectiva de projeto transformador, deve, a meu ver, olhar, além dos segmentos sociais mais organizados, para a população pobre que não está organizada e que reproduz sua vida e a da família num contexto de subordinação à lógica capitalista e a desafiar-se a pensar o processo de organização, de construção de alternativas, de respostas concretas para mudar esse contexto desigual a partir da sua diversidade. Essa é uma grande possibilidade de aprofundamento da legitimidade social de um novo projeto.

Antes de terminar, lembrei-me de uma coisa importante, falando dos grandes centros urbanos. É impressionante a movimentação cultural nas

periferias urbanas e que mobiliza as comunidades periféricas urbanas. Alguém que já disse que os movimentos sociais aglutinam as pessoas pelo que elas não têm, a comunidade se aglutina em torno do que tem. E o que as comunidades têm muito é a produção simbólica, e têm se aglutinado muito em torno disso. Essa dimensão talvez precise ser mais bem observada pelo movimento da economia solidária. Deve-se considerar o vigor que têm esses movimentos culturais nas periferias urbanas e a capacidade de re-

produzir a ordem vigente ou de transformar essa ordem vigente.

Tem um enorme pessimismo da razão, mas tem que ter o otimismo da vontade, como dizia Antonio Gramsci. Acho que o desafio é poder pensar mesmo como fazemos para aproveitar as oportunidades para avançar; como colocar cunhas nesse modelo, como conseguir acumular forças, como não se deixar derrotar pela hegemonia.

[...] como ampliar a força política que pode pressionar por transformações mais estruturais nesse contrato social que está aí, nessa distribuição e alocação dos recursos dos bens públicos?

Maria Emília

Vou começar concordando com algumas ideias da Angela, e também do Silvío. Penso que as nossas utopias precisam ser movidas pela identificação, a cada momento, do lugar onde estão as contradições, onde estão os conflitos. Porque é sobre eles que é necessário atuar.



O Silvío disse uma frase interessante: “é preciso ter um idealismo prático”, na linguagem de Guimarães Rosa. E, ao mesmo tempo, acrescento ser necessário considerar que o Estado é uma condensação de forças. As contradições estão também dentro do Estado. Vou começar por um exemplo que acompanhei recentemente.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi procurado pela Secretaria Geral da Presidência, propondo o apoio ao processo de mobilização nas várias regiões do país, junto às populações indígenas, para debater propostas de regulamentação de um artigo da Convenção 169 que diz respeito à consulta prévia.¹

Por que a importância dessa iniciativa? Mediante o Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, o Estado incorporou à legislação interna, entre outras obrigações, a de consultar os povos indígenas sobre as medidas legislativas e administrativas que possam afetá-los. Essa disposição geral está contida no artigo 6º dessa Convenção.

E nós dissemos “sim”. Começamos então o debate junto aos presidentes dos CONSEA estaduais e fomos interrompidos pela edição da Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União (AGU), em julho de 2012. Muitos de vocês devem ter ouvido falar ou lido a respeito. É uma portaria que acaba por negar os direitos constitucionais desses povos.

Houve uma mobilização muito grande dos povos indígenas e dos defensores da causa indígena pela revogação da Portaria. O CONSEA também endossou essa proposta. Os indígenas interromperam a negociação com o governo sobre a regulamentação da Convenção. A Portaria não foi revogada, mas foi apenas suspensa, permanecendo os riscos. E, contraditoriamente, esse fato ocorre no mesmo governo que mostrava querer avançar com a regulamentação. Se mantida a Portaria, ela permitirá intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerários e viários em terras indígenas sem consulta prévia, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados.² Mas pensei trazer para essa Roda de Conversa alguns exemplos de iniciativas de políticas públicas que são, a meu ver, na história recente do Brasil, uma resposta a demandas históricas, a mobilizações sociais muito intensas. No meu entendimento, é preciso que olhemos para elas, não de uma forma idealizada, reificando-as, mas identificando o que elas têm de oportunidade, de insuficiência e de contradições.

É interessante porque, ouvindo de início, hoje, na exposição do Parreiras — sobre a década de setenta — eu me pus a pensar assim: *interessante, a década de setenta, na minha memória, ficou lá na história, tão atrás... Porque estou tão envolvida atualmente no acompanhamento das políticas...* Isso me traz vigor, me reenergiza, embora o contexto seja extremamente adverso. Acho que nós vamos enfrentar proximamente no Brasil conflitos socioambientais agudíssimos, vamos continuar assistindo a um cerco muito grande, sobretudo aos povos indígenas e a comunidades tradicionais. E é uma situação gravíssima, a meu ver.

Há novas formas de exploração e acumulação do capital. É também um contexto da nossa história, em que a sociedade ainda tem muito preconceito, muita incapacidade de entender que nós somos um país pluriétnico. Quero dizer que o desafio está também na sociedade. Está muito incrustada na nossa cultura política uma visão pouco plural, do ponto de vista do país sociobiodiverso que somos.

Também entendo que, para falar de economia, é preciso entender seus vários sentidos, por isso agreguei aqui os exemplos de políticas, pensando assim: *há programas que caracterizo como econômicos, mas não só*. E comecei a pensar em exemplos que estão no campo do debate da política nacional de segurança alimentar e nutricional. Pensar a economia vinculada a outras determinantes, a outras necessidades que são estruturais e que estão também no coração das várias crises. Porque, a meu ver, a crise do sistema agroalimentar, junto com a crise climática, tem um sentido político muito especial. Começo falando do Programa de Aquisição de Alimentos, que nasceu no CONSEA em 2003.³ É interessante que as políticas ou os programas que eu vou mencionar, todos são de 2000 para cá. Tem mudanças, tem iniciativas, sim, ocorrendo. Até então não havia iniciativa política, de nenhum governo anterior que garantisse a comercialização, a compra governamental de alimentos. Nós tínhamos apenas a política de créditos vinculada ao modelo agroquímico, à assistência técnica convencional etc. Então, já há um diferencial.

Quando se inicia a sua implementação constatamos sentidos políticos extremamente importantes porque, dentre os seus objetivos, está o fortalecimento da agricultura familiar, a formação de estoques públicos de alimentos. Ao mesmo tempo, apoia as organizações cooperativas, estimula a diversificação da produção, com a melhoria do autoconsumo, além de destinar os alimentos para as creches, para entidades sociais, escolas etc. Porque foi pensado, na sua origem, como um programa que relacionaria política agrícola e segurança alimentar, e respondendo, em certa medida, a racionalidade econômica camponesa baseada em produção, em pequenas quantidades diversificadas, porque o agricultor é um policultor. Combina, muitas vezes, extrativismo com produção de tubérculos, ou de cereais, ou hortícolas, criação de pequenos animais. E esse

[...] é muito curioso também escutar no interior do Brasil, hoje, a seguinte frase que parece um paradoxo: “antes, não tinha consumo, então, se perdia; hoje, tem consumo”.

programa dialoga, de algum modo, com essa racionalidade. Hoje, vemos que as mulheres camponesas se organizam, e o produto que elas vendem para o PAA é fruto do que é cultivado no entorno da casa, nos sítios, quintais, além dos produtos do roçado... E é muito curioso também escutar no interior do Brasil, hoje, a seguinte frase que parece um paradoxo: "antes, não tinha consumo, então, se perdia; hoje, tem consumo".

O que quer dizer? Que essa produção, dispersa, em pequena quantidade, além de ser utilizada para autoconsumo; ou para o chamado consumo intermediário, quando os produtos são destinados aos pequenos animais, tem também uma destinação certa. O que esses agricultores estão dizendo é que deixa de ocorrer o "desperdício" pela falta de mercado. Então, vocês vejam que paradoxo. Nós falamos de fome, e o agricultor está dizendo que, com o PAA, ou o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), não tem desperdício. Porque essa compra é feita e ela agrega as pequenas quantidades de forma sistemática, de forma permanente, quando não há atraso do pagamento, quando não tem problema de logística, de infraestrutura.

A ideia do programa é muito interessante. É uma inovação, do meu ponto de vista. Mas se não tem uma prefeitura que assuma, ou o estado que resolva a logística com o transporte ou a infraestrutura com a estrada etc., não há ideia inovadora que se sustente. Mas é desse Brasil que nós estamos falando. Nós temos visto que o Programa de Aquisição de Alimentos e também o Programa Nacional de Alimentação Escolar estão possibilitando a realização, em muitos lugares, da chamada transição agroecológica. Em muitos casos, os agricultores cultivavam de forma convencional com veneno etc., e vão fazendo uma transição. Esses programas estão procurando garantir também um *plus* de pagamento pelo produto agroecológico e orgânico.

Mas a cada iniciativa, surgem novos tencionamentos e contradições em relação a outras políticas. Para se pagar um *plus* para o produto agroecológico

e orgânico nessas duas políticas, nesses dois programas, a tendência é fazer prevalecer uma exigência de certificação e esse é um complicador. A compra governamental deve ser um componente estrutural de uma política de abastecimento, e são várias modalidades. A modalidade que mais tem sido operada no Programa de Aquisição de Alimentos é a doação simultânea. O governo compra, e esse produto é destinado para as organizações da rede socioassistencial e escolas.

Há também a modalidade estoque para algumas associações e cooperativas. Poucas estão conseguindo através dessa modalidade fazer movimentar o seu capital de giro. É muito importante especialmente quando se trata dos produtos do extrativismo. Há, por exemplo, a iniciativa associativa do povo da etnia Sateré-Mawé que, por meio de um consórcio, junta a produção de dois municípios: um no estado do Amazonas e outro no estado do Pará. Eles se apresentam como Filhos do Wuaraná que, aliás, está ameaçado de extinção. Pela primeira vez, esses povos indígenas tiveram acesso ao recurso público para operar com a modalidade de estoque. Isso é uma novidade. Mas são exemplos ainda muito isolados. A modalidade estoque é muito pouco aplicada. Há ainda o exemplo com a castanha do baru do Cerrado com uma cooperativa lá em Poconé, no Mato Grosso. São exemplos que mostram o bom potencial do programa.

Enfim, onde é que estão as insuficiências e os problemas? Até um tempo atrás, no Brasil, pouco se falava de uma sigla que se chama DAP, Declaração de Aptidão ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), porque esse instrumento, criado para a política de crédito, era conhecido basicamente pelos segmentos da agricultura familiar que tinham esse acesso. Nos últimos anos, o governo começou a fazer a exigência desse instrumento para vários programas e políticas. Isso criou outro campo de contradição, porque a DAP tem como portador a família, e requer terra regularizada, excluindo, portanto, vários segmentos. Há restrição também às mulheres. É interessante observar como, a

cada passo, os bloqueios e impasses que se colocam transformam-se em móveis de outra luta política. Queria dizer isso porque acho extremamente importante ver a sociedade em movimento. Nesse momento, as mulheres estão batalhando em todos os seus espaços por um instrumento com base no CPF, porque a DAP é por família, e na sociedade patriarcal acaba o documento sendo destinado ao homem como chefe da família, negando os direitos das mulheres.

Na periferia das cidades estão as experiências concretas de agricultura urbana, iniciadas pela sociedade com apoio de ONGs. Há uma movimentação

[...] porque a DAP é por família, e na sociedade patriarcal acaba o documento sendo destinado ao homem como chefe da família, negando os direitos das mulheres.

atualmente, inclusive apoiada pelo CONSEA, por uma política de agricultura urbana, mas precisa também de um instrumento de acesso às políticas. E vem a discussão novamente da DAP.

Vêm também os extrativistas e dizem: “como é que o governo fala que as políticas vão chegar a nós se tem exigência da DAP?” Aí criaram provisoriamente a REB (Relação de Extrativistas Beneficiários), no âmbito do MDA

(Ministério do Desenvolvimento Agrário). Temos questionado a exigência desse instrumento DAP para essas populações, porque já há cadastros feitos da FUNAI, da Fundação Palmares. Todos esses órgãos públicos têm cadastro.

Outro aspecto que eu queria destacar e, dialogando um pouco com a Bete, é sobre a questão associativa. Se vocês lerem o decreto que regulamenta o PAA (Decreto nº 7.775, de julho de 2012) há uma curiosidade muito interessante. O artigo 7º, diz assim: “As aquisições de alimentos serão realizadas preferencialmente por meio de organizações fornecedoras que tenham em seu quadro social beneficiários fornecedores prioritários definidos pelo Grupo Gestor do PAA”. Atenção para a palavrinha, “preferencialmente”. Depois há um parágrafo único no mesmo artigo: “a Conab priorizará a

compra de organizações fornecedoras.” Só quem esteve no debate, ou um leitor atento, vai entender o porquê dessa formulação. Expressa concepções ou ênfases distintas entre quem opera o programa. É uma disputa enorme com o governo hoje para assegurar, reconhecer, melhor dizendo, valorizar, proteger, salvaguardar o tecido associativo que a sociedade foi construindo e que é importantíssimo. Esse é o patrimônio que o governo tende a desvalorizar ou até mesmo desconhecer.

No desenho institucional desse programa, em nome do chamado pacto federativo, passa a ter proeminência o repasse de recursos para os municípios e estados. Essa diferença no decreto expressa uma visão da Conab, com a qual nós compartilhamos, que é de, prioritariamente, apoiar as associações e as organizações existentes, contra a visão predominante dentro do MDS. Essa foi uma luta de duas reuniões, cada uma de quatro horas, para dar lugar a essa palavra *preferencialmente*. Brinquei e disse: “nunca imaginei na minha vida que fosse batalhar tantas horas por um advérbio de modo.” Mas é assim, porque quando se elabora o marco legal isso faz diferença.⁴ Esse programa, do meu ponto de vista, é uma enorme oportunidade. Ele ainda é muito desconhecido. Atualmente são cerca de 140, 160 mil agricultores que acessam o PAA por ano. Muito pouco para um país que tem milhões de agricultores familiares e agroextrativistas.

Mais um exemplo de uma nova contradição que vem à tona, especialmente a partir da proposta da alimentação escolar e da expansão das pequenas agroindústrias artesanais, diz respeito à vigilância sanitária. E é interessante a movimentação política que há em torno desse tema, hoje.

Há, no entanto, uma legislação mais atual, inspirada no artigo 216 da Constituição Brasileira, que diz respeito à salvaguarda dos bens imateriais, à cultura. O Brasil é signatário da convenção cultural, que é uma convenção da ONU.

Muitos aqui devem ter visto o belíssimo documentário *O mineiro e o queijo*. Ele espelha bem a realidade da imposição da vigilância sanitária sobre essa produção artesanal. Esse queijo é produzido de uma maneira própria pelos camponeses e camponesas da região do Serro e das serras da Canastra e do Salitre, em Minas Gerais. E existe uma disputa enorme, porque não há uma adequação da legislação para essa produção. Aliás, outro exemplo do resultado de um embate semelhante está nos jornais: “As baianas do acarajé têm permissão de vender o acarajé na Copa”. A vigilância sanitária se rege por determinados princípios, por regras que não se aplicam a essa produção. Ao mesmo tempo nós compramos alimentos, cada vez com tempo maior de prateleira nos supermercados. São produtos superprocessados com muitos ingredientes químicos e falta a devida rotulagem pela qual temos lutado no CONSEA. Gosto de dizer como uma colega, nutricionista do CONSEA, que afirma que nós estamos comendo “incógnitas alimentares”.⁵

Há, no entanto, uma legislação mais atual, inspirada no artigo 216 da Constituição Brasileira, que diz respeito à salvaguarda dos bens imateriais, à cultura. O Brasil é signatário da convenção cultural, que é uma convenção da ONU.⁶ Essa é uma conquista importante e que precisa ser ampliada. Temos os chamados Livros de Registro dos Saberes do Instituto do Patrimônio Histórico que identificam esses produtos, esses bens imateriais. E lá estão: o ofício das baianas do acarajé, o modo de fazer queijo de Minas e outros.

Outra questão política ligada à economia que é muito importante: esses programas estimulam a organização e o embate com o poder local também, não apenas no plano federal. Há pouco tempo estive na Amazônia e constatei que os agricultores de determinado município tinham acionado o Ministério Público para exigir que a Prefeitura cumprisse determinações da Chamada Pública para aquisição de pelo menos 30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, como estabelece a lei (artigo 14 da Lei 11.947, de 2009). Um novo programa que está operando pouco ainda, mas considero também extremamente importante, é o chamado PGPM-Bio (Programa de

Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade). O governo elegeram um conjunto de produtos do extrativismo: açaí, babaçu, bor-racha, pequi, piaçava, castanha, umbu, baru, mangaba, cera de carnaúba e pó cerífero. Esses produtos estão recebendo uma subvenção que faz uma diferença. Li outro dia sobre o babaçu. As quebradeiras de coco vendiam o quilo por R\$ 0,40 e estão vendendo hoje por R\$ 1,46. Acho que esse pro-grama ainda é muito pouco difundido, mas também tem bom potencial, pois favorece o extrativismo, garante a reprodução da nossa biodiversida-de. Alguns desses produtos são coletados por mulheres, pelo menos o ba-baçu, com certeza. É também um estimulador dos processos organizativos.

Há outras propostas de movimentos e articulações que estão em debate. Refiro-me aqui à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, sobre a qual estamos agora em negociações com o governo. Há um de-creto recente (Decreto nº 7.794, de agosto de 2012). Nós, da ANA (Arti-culação Nacional de Agroecologia), apresentamos propostas de medidas prioritárias para o governo, e não temos uma resposta ainda. Vai começar o tempo de elaboração do plano. Para essa política, continuamos defen-dendo o direito a terra e os direitos territoriais. Eu também queria realçar que nós estamos insistindo na proposta de um programa de agrobiodi-versidade que garanta o direito dos agricultores em relação às sementes tradicionais: direito de troca, de comercialização, com recursos públicos. O Silvio pode falar brilhantemente sobre essa questão. É fundamental apoiar essa rede capilar de bancos ou casas de semente. Nós não temos uma política sobre isso, embora tenham sido abertas possibilidades com a normativa que consta do decreto da Política de Agroecologia, assim como pelo Programa de Aquisição de Alimentos, que vem adquirindo sementes crioulas de agricultores e agricultoras. Mas ao mesmo tempo nós estamos assistindo no Brasil a interrupção de algumas iniciativas de caráter socio-econômico ambiental. E isso se relaciona com a dificuldade do Estado em inovar na relação com a sociedade.

A título de ilustração lembro que tínhamos no Brasil até pouco tempo a Carteira Indígena, por meio da qual os indígenas acessavam diretamente recursos para realização de seus projetos. A avaliação é muito positiva, mas ela acabou porque há um impedimento dos órgãos de controle da União do repasse direto de recursos. Nós tínhamos alguns modelos de financiamento que vinham da Alemanha, do Programa para Proteção da Floresta Tropical, desde a Eco 92. Os recursos vinham da Alemanha diretamente para o Banco do Brasil e, via Ministério do Meio Ambiente, eram repassados para ONGs e organizações dos movimentos sociais. Esse modo de trabalhar abriu espaço para a dinamização de experiências inovadoras extremamente importantes. Em muitos lugares são essas experiências que capacitaram agricultores, povos indígenas e comunidades tradicionais para ingressarem nessas novas iniciativas de políticas públicas. Estou falando de projetos no âmbito do Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), como Projetos Demonstrativos (PDA) e Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI). Uma vez finalizados, não foram criadas alternativas pelo governo para sua continuidade.

Quero ainda acrescentar que a centralidade do governo nesse momento é com o Programa Brasil Sem Miséria. Ele vem ganhando uma relevância enorme e eu estou muito preocupada com isso. Tomemos o PAA, que nasceu de uma lei de perdão de dívida, lá em 2003. Era um artigo, o artigo 19 de uma lei sobre perdão de dívida. Foi regulamentado em decreto e agora o PAA aparece como um programa dentro do Brasil Sem Miséria. Temo que se perca o sentido inicial da proposta e que fique mais difícil transformá-lo em uma grande política pública que relacione a política agrícola com a política de segurança alimentar.

E também queria dizer que, no Brasil Sem Miséria, como parte do eixo que é da inclusão produtiva, há a proposta de *bolsa verde* para os agroextrativistas. Eles têm suas regras consuetudinárias sobre como se relacionar com a natureza. Têm suas formas associativas, suas formas de reciprocidade. O manejo dos bens da natureza é feito de forma comunitária, segundo os planos de manejo das Unidades de Conservação. Mas os recursos do programa são destinados para uma família, com R\$ 70,00 de renda, e não de forma associativa.

É sobre essas contradições que nós temos que atuar porque, como proposta geral, algumas dessas ideias e práticas de políticas são muito interessantes e inovadoras, e são fruto da luta social e da mobilização.

Notas

¹ A chamada obrigação estatal de consulta foi prevista pela primeira vez em âmbito internacional em 1989, quando a OIT (Organização Internacional do Trabalho) adotou sua Convenção 169. Desde essa época, o chamado direito de consulta prévia tem demonstrado ser uma poderosa ferramenta política na defesa dos direitos dos povos indígenas e tribais. O Brasil ratificou essa Convenção em julho de 2002. O direito de consulta prévia pode ser resumido como o poder que os povos indígenas e tribais têm de influenciar efetivamente o processo de tomada de decisões administrativas e legislativas sobre projetos e programas que lhes afetem diretamente.

² Na última grande mobilização social dos povos indígenas, em novembro de 2013, em Brasília, os representantes da (APIB) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil reafirmaram posição de que somente voltarão a participar de processo de regulamentação da Convenção 169 da OIT, em negociação com o governo, após a oficialização da revogação da referida portaria.

³ O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Alterado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, passa a ser executado também em parceria com Estados, Municípios e Consórcios Públicos que aderirem ao programa, por meio de termo de adesão, em lugar de convênios. Foi regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de julho de 2012.

⁴ Após a Roda de Conversa, foi editado novo decreto sobre o PAA, nº 8.026, de 6 de junho de 2013, por meio do qual se criou nova modalidade — Compra Institucional,

ou seja, compra da agricultura familiar voltada para atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para atender a rede hospitalar, restaurantes universitários etc. Houve também alteração dos limites de valores pagos por modalidade. Estão em curso propostas de mudanças na operacionalização do programa pós-ação da Polícia Federal, com a prisão de agricultores familiares e gestores no estado do Paraná, gerando mobilizações sociais, semeando temores e insegurança para os agricultores familiares. Novas negociações com o governo sobre as normativas do programa para evitar a sua interrupção ou seu engessamento em prejuízo aos agricultores estão mobilizando agricultores.

⁵ Para acompanhar a reflexão da nutricionista Regina Miranda, ver artigo Segurança alimentar e soberania alimentar: alimento ou mercadoria. Revista *Proposta* "Natureza e alimentos: soberania e segurança alimentar e nutricional", FASE, Ano 33, nº 119, 2009, p. 50.

Parte 8

Chico



Eu sou Francisco Oliveira, empregado licenciado do DIEESE. Estou agora trabalhando na assessoria da presidência do BNDES, lotado na diretoria que reúne a área de infraestrutura social, que faz a relação com estados e municípios; a área

de meio ambiente; e a área de agropecuária e inclusão social. Essas áreas são superintendências do BNDES que formulam políticas e produtos. Melhor dizendo, formulam produtos para políticas públicas e formulam produtos para as demandas econômicas do governo federal.

Particularmente, tenho escolhido trabalhar mais perto da área de agropecuária e inclusão social, exatamente pela minha história de militância. Não só sindical, no DIEESE, como junto às organizações populares e, de certa

forma, na questão da inclusão produtiva. Mas tenho também, muitas vezes, relação com a área de meio ambiente que está entrando nessa discussão. Nessa área dentro do BNDES, há um instrumento forte para trabalhar algumas dessas questões do bioma, que é o Fundo Amazônia. E, junto à área de infraestrutura social, tentamos pautar para os governos estaduais a discussão não só da infraestrutura urbana, ou infraestrutura de estradas, saneamento, mas também outros temas sociais. Estamos começando a incentivar, nos grandes empréstimos que os estados fazem, a indicação de que uma parte dos recursos seja dirigida à inclusão produtiva. É muito raro que isso seja proposto, logo de entrada, por algum governante como demanda de financiamento. Nós temos trabalhado, inclusive, uma nova ideia que é: em função da apresentação da proposta do estado, colocar o mesmo montante do que ele toma emprestado em recursos do Fundo Social, não reembolsáveis, comprometendo-o com a criação de algum programa de inclusão sócio produtiva.

Minha opção de trabalho tem tudo a ver com esse debate que estamos fazendo aqui. Pensei um pouco na minha intervenção por esse lado, de onde eu venho, e me colocando na posição de procurar alternativas de financiamento, alternativas de apoio a projetos de inclusão produtiva, projetos que envolvam não só a economia solidária, como também, numa visão mais extensa, a chamada economia popular.

Queria também resgatar um pouco como, ao longo da história, na minha visão, se organizaram de fato essas conquistas. Essas conquistas, hoje, são formuladas em termos de programas e muito pouco ainda como políticas. Há muito mais programas que se formulam no Estado brasileiro, no governo brasileiro, do que políticas estruturadas, institucionalizadas. Acho que esse é um grande problema. Temos que transformar os programas em políticas para que eles, de fato, se transformem em espaço institucional de disputa. Um programa pode vir, pode sair e pode não significar totalmente uma conquista, nem uma mudança, nem uma alteração no Estado brasileiro. É um

avanço, mas ainda não se concretiza como política estruturada. Considero que ainda se tem muitos passos a dar. Uma disputa que deve ser feita.

Paradoxalmente, o que parecia mais atrasado, o meio rural, conseguiu avançar mais na criação de políticas e programas. Embora tenha acontecido todo o movimento de desorganização da pequena produção no campo, em função do latifúndio e do assalariamento, ainda restaram experiências populares, experiências produtivas que partiam da concepção do pequeno agricultor, do agricultor familiar, ou de formas associativas de produção. E isso, de certa forma, se refletiu nas organizações dos movimentos sociais do campo que fazem a disputa das políticas, e fazem a disputa dos programas que se colocam no Estado brasileiro. Então parece que um pouco do avanço que se obteve nas políticas de apoio à agricultura familiar advém muito dessa história de conquistas desses movimentos sociais e dos programas que lhes serviram. Mas imediatamente se tem o movimento de contenção desse avanço; um problema muito sério, característico do Estado brasileiro, que é o controle. O espaço financeiro é altamente regulado. Nós temos um sistema financeiro altamente regulado, altamente controlado. Isso não permite saída para várias coisas que a gente poderia estabelecer, nas relações com a própria sociedade, escolhendo o caminho de como poupar e com quem poupar, de como investir e com quem investir. Nós temos uma regulação no sistema financeiro que é brutal, que representa muito bem por onde passam todos os outros sistemas de controle no Brasil.

O meio rural, de certa forma, avançou. Mas tem esse outro lado, que a Angela enfoca muito bem, que é o urbano. O urbano me parece uma coisa meio esquecida por essas políticas públicas. No lado urbano, o movimento social que conseguiu ultimamente travar uma luta para tentar organizar suas bandeiras e prosseguir, foi o movimento sindical, que tem uma base assalariada, e que nos últimos tempos vem avançando nas suas conquistas. Se olharmos bem, os últimos dados da PNAD mostram que a renda do trabalho é que foi fundamental para a questão da redução da pobreza. Algumas pes-

soas chamaram atenção do Bolsa Família e da Previdência, mas a renda do trabalho continua sendo a mais fundamental. A tal ponto que, de fato, começou a mudar a distribuição funcional de renda no Brasil. Antes, nos anos cinquenta, você tinha 60% da renda do trabalho e 40% da renda do capital. Inverteu-se nos anos noventa, e passou a 60% do capital e a 40% do trabalho; e, agora, nos últimos dez anos, já houve outra mudança. Não me recordo exatamente dos dados agora, mas houve uma mudança real, principalmente pelo crescimento econômico, pelo aumento do emprego formal. O movimento sindical de fato cresceu, cobrou e teve uma interlocução bastante importante com o Estado brasileiro, com o governo. A mudança da política do salário mínimo teve um papel fundamental. Ainda que se coloque o parâmetro de salário mínimo como um parâmetro ainda abaixo do que se pretendia, é uma mudança fundamental. Tanto que está expressa, nos dados dessa mudança, a preponderância da renda do trabalho para a qual a política de aumento do salário mínimo tem influência. Se olhar com atenção, a maior redução da pobreza do Brasil foi no Nordeste. E assim foi porque os salários estão mais próximos do mínimo. Nessa interlocução, portanto, algumas políticas de suporte à população urbana aconteceram.

Pelo lado dos “desorganizados”, informais digamos, você não tem nenhuma política muito clara, a não ser uma coisa que se desenhou anteriormente, que foi a política nacional de microcrédito produtivo orientado e, mais recentemente, o MEI (Microempreendimento Individual), que é uma tentativa de criar uma política para o microempreendedor individual. Mesmo assim, a política nacional de microcrédito produtivo orientado, hoje, é colocada em xeque. Na verdade, há uma tentativa de subsidiar alguns aportes na política de microcrédito para a área urbana, mas eu diria que ela está sendo feita com todo defeito de quem pensa que só um agente público é o instrumento adequado para fazer essa política. Os bancos públicos não são capazes de fazer essa política. A única exceção é o Banco do Nordeste que, de alguma forma, construiu uma estratégia. Mas construiu através de uma OSCIP (Or-

ganização da Sociedade Civil de Interesse Público). É a única experiência que eu conheço, bem-sucedida, de um banco público.

O Programa Crescer, hoje, se coloca novamente na mesma diretriz que tinha antes o Pronaf, que era a dos bancos baterem as suas metas. Agora os bancos têm que bater meta no “Crescer”. Eles começam a carimbar as operações de crédito menor para poder apresentar o resultado aos “chefes”. Isso não significa nada na direção do que era a política nacional de microcrédito produtivo orientado. Ela é uma política, no máximo, de microfinanças, de microcrédito para consumo, o que quiserem, mas não é de microcrédito produtivo. Isso não quer dizer que eu seja contra ter uma política desse tipo, mas ela não vai ter o resultado que poderia ter uma política nacional de microcrédito produtivo orientado. O que nós criamos de novo nessa política foi que a sociedade conseguiu se apropriar de alguns apoios e criou alguns novos instrumentos. Há exemplos de OSCIP que têm participação de sindicatos e de associações no seu conselho e que, de alguma forma, conseguem fazer a política de crédito solidário, do aval solidário. Mas podem ser destruídas nessa política do “Crescer” porque hoje existe uma verdadeira canibalização das OSCIP por parte dos bancos públicos. Como eles não têm como executar, contratam os serviços da OSCIP para isso, porque eles não sabem chegar a esse público que é o demandante do microcrédito. No lado urbano, então, nós temos uma preocupação enorme e, na verdade, não consigo ver nenhuma proposta, a não ser numa coisa que virou simbólica no Brasil, que é o coletor de recicláveis, o catador. É a única política, hoje, que tem alguma dimensão que consegue mobilizar alguns recursos no Estado brasileiro para ser executada. Hoje, ela consegue mobilizar alguns recursos, ainda pequenos, por um esforço enorme do movimento, de algumas prefeituras, dos movimentos sociais e do próprio governo federal.

Lula teve uma sensibilidade muito grande ao puxar essa bandeira como uma bandeira importante de inclusão produtiva. Hoje, existe um movimento nacional dos catadores muito diverso, mas de todo jeito existe uma agregação,

uma aglutinação de forças que discute uma política. Existe até um comitê interministerial que coordena essa intervenção. É um espaço onde se reúnem entidades — e você fica abismado com o número de ministérios e órgãos sentados à mesa — que se articulam em torno do tema. Então você pode dizer: existe uma mobilização.

Tudo isso me faz concluir que não acredito em nenhuma política pública que não tenha um movimento político identificado, aglutinador, que cubra o seu espaço em relação à formulação de políticas. Não acredito em movimentos pontuais. Se for importante exigir a realização de programas ou até de políticas num estágio superior, precisa existir algum movimento que empunhe essa bandeira e que consiga criar interlocução com o Estado/Governo

[...] não acredito em nenhuma política pública que não tenha um movimento político identificado, aglutinador, que cubra o seu espaço em relação à formulação de políticas

Federal para efetivação dessa política. Hoje, o movimento social dos catadores é um movimento grande e atuante.

No entanto, temos algumas novidades. Estou atualmente tendo oportunidade de interagir muito junto ao MST. Eles têm outra visão estratégica. Inclusive, uma visão que já ultrapassou o limite da questão da luta pela terra. Eles estão num programa grande de agroindustrialização dos assentamentos. Estão entrando no espaço da disputa do mercado mesmo.

E não é à toa. Conseguiu-se ultrapassar uma fase — que ainda não se conseguiu de todo porque não chegou a assentar todo mundo, mas conseguiu assentar uma boa parte das famílias —, então só vai continuar com essa mobilização para reivindicar políticas diferentes, se tiver algo concreto que reúna as pessoas. Aí, a agroindústria é a nova estratégia de aglutinação. É a possibilidade de transformação dos produtos em algo que agrega valor e que cria um novo eixo de discussão para aquelas famílias. Por incrível que pareça, algumas dessas agroindústrias já estão, agora, nascendo dentro das normas do

SIF (Serviço de Inspeção Federal). As pessoas já estão podendo acessar projetos nos bancos, assim como no BNDES. Nós estamos conseguindo colocar, num acordo com o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que os projetos de agroindústria apoiados pelo fundo social do BNDES tenham um processo simplificado para “sifar” a produção. Na verdade, “sifar” desde a planta da fábrica. O que eu quero dizer com isso é que, quando se tem um movimento organizado, consegue-se avançar. Embora de novo a gente veja: quando você avança com a política, os órgãos de controle — que vêm supostamente na esteira do controle público, o controle do sistema financeiro, a Lei nº 8.666, enfim — criam novos obstáculos. Quer dizer que tentar avançar no acesso às políticas implantadas pelo governo é também uma nova luta.

Há uma reflexão importante do governo hoje. Algumas políticas como, por exemplo, o PNAE e o PAA, já aportam uma quantidade de recursos razoável, mas ainda assim, pelo porte do recurso que é alocado, não conseguem alterar uma relação que existe entre o produtor e a circulação no mercado. Conseguiram, de toda forma, levar alguma política de apoio para organizar a produção e alguma coisa de distribuição da produção; mas, além de apoiar mais a distribuição, ainda não conseguiram liberar para o apoio necessário à reconstrução e ao aumento de produtividade de algumas atividades. Trata-se do apoio a produções que são típicas do homem do campo. Ainda não conseguem quebrar a esfera da distribuição. Muitas vezes apoia a produção, mas acaba diminuindo o retorno que o agricultor tem, por conta exatamente da esfera da distribuição que rebaixa a margem do produtor enormemente. O Governo Federal está começando a pensar, inclusive, numa geração de políticas novas: políticas de distribuição, políticas de aquisição de leite, política de aquisição de alimentação etc. Eu diria que já há uma segunda geração no olhar dessas políticas para que elas ultrapassem exatamente algumas barreiras que são colocadas por esses controles que, muitas vezes, também não chegam perto do problema da distribuição. Acho que há essa preocupação. Tendo a acreditar que sim.

Mesmo com esse processo dominante, abriram-se espaços da contra-hegemonia no Estado brasileiro. Espaços que foram conquistados, na verdade. Não foi o Estado brasileiro que abriu. Foram conquistados. Hoje, a existência do MDA, do jeito que ele está, é absolutamente diferente de tempos atrás. O MDA do Fernando Henrique era, na verdade, a construção do espaço para conter os movimentos sociais do campo, não era espaço para promover nem para apoiar nenhuma produção. Hoje, eles movimentam recursos que são significativos. Ainda insuficientes, mas são recursos significativos.

Ouvi, por exemplo, lideranças do MST dizendo que a melhor política de crédito para o agricultor é o PAA, não é o Pronaf. Agora, ele pode ser visto como crédito. Esse é o segundo passo das políticas que começa a ser pensado. Mas, de novo, você esbarra nos obstáculos que são colocados pelo Estado: os obstáculos do controle.

A Conab tem e pensa numa forma de adquirir o produto e adiantar o recurso como capital de giro. Enfim, fazer uma compra antecipada. Só que os obstáculos são enormes para fazer isso. Essa talvez fosse a melhor política, porque está colando o crédito com a produção futura e não colocando o crédito, como foi feito em várias instituições, para bater metas de novo e dizer, “fizemos tantos Pronaf.” E muitos deles geraram hoje situações em que os agricultores familiares estão “sujos”, não conseguem mais entrar em nenhuma linha de crédito porque estão inadimplentes.

Esses espaços de evolução, ou de reformulação de políticas nos espaços da contra-hegemonia são importantíssimos de serem ocupados. Nós, da economia solidária, entramos no governo Lula com uma visão subordinada. Entramos na discussão da economia solidária que ainda não inclui a discussão da economia popular porque, para mim, a discussão da economia popular está em ver também que instrumento se dispõe para o autônomo e qual é o instrumento que propõe para o trabalhador que constrói a sua produção de outra forma. Para mim, economia popular inclui isso. Ou seja,

os laços de solidariedade estão muito mais definidos pelo tecido social e produtivo, no qual essa produção se dá, e não por ser uma forma pura de produção coletiva.

A SENAES veio para cuidar disso. No começo ainda com algumas restrições de entendimento do que era essa forma de economia solidária. Mas nós entramos, nós escolhemos, como movimento, entrar subordinados. Então, não podíamos nunca cobrar um espaço de política que não fosse subordinada. É difícil crescer assim e dentro de um ministério que passou a ter, pelas injunções da política, um controle maior. E passou a ter, muito claramente, um esvaziamento. Um ministério concedido a outra força política e esvaziado. Portanto, não condizente no todo com a política nacional pretendida. Para mim, isso é claro: nós entramos subordinados na formulação de políticas para a economia solidária. Então, nós entramos com o pé atrás na disputa com o fundo público para economia solidária.

Quando vejo iniciativas como as do Chávez, em criar o Ministério da Economia Solidária, eu as saúdo com enorme satisfação. E quem ler os últimos resultados escritos por uma pessoa insuspeita, desse ponto de vista, como o Bresser Pereira, escrevendo sobre os avanços da Venezuela, é espantoso. Quando li, lembrei de um amigo que me retornou dizendo assim: “estou começando a desconfiar do Chávez.”

A economia solidária não é, desde este nascedouro, um espaço da política pública brasileira. Ou seja, algo para ser um espaço de produção que compartilhe com a visão hegemônica. Não é e desse jeito não tem como ser. Por outro lado, por conta exatamente da configuração desse espaço, as políticas se dispersaram mais ainda. Vocês estão cansados de percorrer

Para mim, isso é claro: nós entramos subordinados na formulação de políticas para a economia solidária. Então, nós entramos com o pé atrás na disputa com o fundo público para economia solidária.

MDS, MTE etc. O MTE foi um fórum que não concentrou nada. Não foi ali que se concentrou a formulação dessa política.

E, para terminar, depois que a gente atua dentro do Estado, consegue perceber algumas coisas que são, na verdade, ideias-força. Eu diria até de coerção para que se ande na mesma direção. Para mim, o Brasil Sem Miséria vem muito nessa perspectiva. Embora isso possa gerar, de fato, algumas distorções. Mas a concentração de uma política com uma coordenação, num governo que é multifacetado, não só pelas forças sociais que estão expressas ali, mas pelas representações políticas dentro dos ministérios, me parece importante. Ou você atua com uma política como essa, ou não consegue articular e “controlar” a ação de alguns ministérios e a ação de alguns órgãos de financiamento. Não consegue.

Um exemplo disso foi um esforço recente, quando chegaram alguns secretários de agricultura do Nordeste no BNDES reivindicando recursos para seca, e queriam recursos não reembolsáveis. Entraram dizendo: “nós queremos recursos não reembolsáveis, não venham com esse negócio de financiamento que a gente não quer saber. A gente quer saber de recursos não reembolsáveis para a seca. Qual a contribuição que o BNDES vai dar?” E começaram a formular, trouxeram uns programas feitos, e não eram numa direção ruim. Eram barragens subterrâneas, eram biofábricas, sistemas de irrigação... Nada na direção que eles sabiam que não colava ali: carros-pipa, essas coisas. Mas cada um queria ter acesso a recursos e fazer do seu jeito. Mas já deveriam pelo menos computar, no próprio projeto, os recursos que tinham sido solicitados para esse mesmo fim via Ministério da Integração. O que nós fizemos? Fomos ao Ministério da Integração para ver o que tinha sido alocado de recursos naquela direção. Se você olhasse o montante de recursos alocados para fazer barragem subterrânea... E eles vão e pedem mais um tanto, na mesma direção.

Outro exemplo bom de resultado de centralização da política. Com a seca, houve também uma crise na alimentação dos animais, e certa iniciativa para

a compra de milho, por exemplo, para distribuir. A primeira sugestão foi que repassássemos recursos para os estados para que eles efetuassem as compras, só que isso era perto das eleições. A orientação que veio de cima, de cima mesmo, foi: “pensem numa forma de passar recursos diretamente para o agricultor, porque se for passar pela distribuição dos estados, vai ser um instrumento eleitoral”.

Então, algumas formas de centralizar políticas são construídas nessa perspectiva. Parece-me que a política dos Territórios da Cidadania, lá atrás, era isso.

Houve uma desmobilização dessa perspectiva. Na verdade, você tinha políticas no território que eram políticas de responsabilidade de vários ministérios, mas que deveriam ocorrer, naquele território, coordenadas por um processo que admitia, inclusive, a configuração do controle social através dos conselhos. Parece que isso foi desmontado. Não vejo mais aquela vitalidade nesse programa. Mas ele nasceu com esta concepção: de que conseguiria, além de tudo, orientar recursos numa determinada direção porque a maior parte de outros ministérios que estavam na mesma política era controlada por outras forças políticas.

A imperfeição dessa estratégia de participação dos atores na formulação da política está em que não há uma verdadeira institucionalização desse processo. Ontem, numa entrevista, o velho Chico Oliveira dava o recado que, na verdade, o que acontece é que ainda não há, de fato, uma mudança institucional no Estado brasileiro. Não há transformação institucional. Talvez seja este o problema: avançou-se em muita coisa, criou-se muitos programas, criou-se muita coisa, mas não se consolidou e não se institucionalizou quase nada. Essa é uma regra para a consolidação do avanço: se você não cria o espaço institucional, você está deixando facilidades para o risco de desmanchar o que foi feito.

O nosso enorme esforço, como agente do Estado hoje, é buscar as brechas da contra-hegemonia para ajudar a construir alguma coisa. Não somos nós

que construímos, mas abrimos espaço para que os movimentos sociais se manifestem ou encontrem lugar para formular políticas.

Diria até que este espaço, agora, está muito diferente. Quem for hoje ao Palácio do Planalto vai ver no quarto andar todas aquelas salas ocupadas com o movimento social discutindo dia e noite. Frequento muito esse local por conta do programa que estamos trabalhando com a Secretaria Geral, que é um programa nacional de apoio à agroindústria de assentamentos.

Vejam: antes, isso nunca entrou como pauta no BNDES, nunca; um programa de R\$ 300 milhões. Agora, ali tem uma visão estratégica do MST, inclusive contraditória com parte da equipe do MDA, contraditória com muitas coisas que a gente discute aqui. Eles não discutem só comercialização no espaço local. Essa discussão para eles está superada. Não querem antepor o local ao mercado. Querem conquistar mercado, sim. Podem realizar a produção local, e podem fazer também a distribuição local, mas têm que ter o plano estratégico do mercado.

Para finalizar, já estamos no capitalismo há muito tempo no Brasil. Mas, agora, talvez, a gente esteja entrando em algum estágio de aquisição de direitos, o qual os países avançados já haviam alcançado com a social democracia.

Se for olhar do ponto de vista do capitalismo, talvez aqui estivesse desenhada a melhor forma de o sistema atuar, que é não ter direitos e ter todo o controle. Precisamos enfrentar isso.

Parte 9

Intervenções – tarde

Rogério

Um dos objetivos desse dia era começar a encontrar também pistas para agir e já vou tentando apontar para alguma possibilidade. Pelo que foi dito agora à tarde, provavelmente devido à ótica gramsciana, muito bem-vinda, acho que tem um aspecto que é um campo novo de possibilidades nesse momento. Aliás, não é novo, é velho. Mas que tem que ser retomado, que é exatamente a questão de cultura.



Há dois anos, o pessoal do MTC, Movimento dos Trabalhadores Cristãos, insistiu em que eu fosse falar no encontro nacional. Eles queriam pistas para atuar com jovens. Falei: “não tenho a menor ideia do que eu vou fazer.” O

peçoal reagiu: “tudo bem, eu sei que você não tem, mas vai você mesmo porque não tem mais ninguém que vá para Conselheiro Lafaiete.”

Cheguei em casa, não sabia o que fazer. Perguntei para o Bernardo, meu filho de 16 anos: “escuta, Bernardo, estou com um problema. Tenho que falar sobre um assunto que não tenho ideia. O que atrai a cabeça dos jovens hoje em dia? O que qualquer jovem discute, pelo que se interessa?” O Bernardo refletiu três segundos e vaticinou: “música.” Aí, cheguei lá e falei para o pessoal: “o negócio do jovem é com música.” Então, aconteceu uma coisa muito interessante. Quando o pessoal saiu para a discussão de grupo, os poucos jovens que tinha lá no meio da velharia da ACO (Ação Católica Operária) organizaram os grupos de tal jeito que os relatores, em vez de escrever aquele papel, aquela coisa chata, cada um fez uma música. E o relato foi através de música. A ideia era exatamente preparar todo mundo para começar a atuar nessa área, levando a coisa através da música.

Acho que funcionou bastante bem. Por que estou dizendo isso? Porque acho que o cultural é realmente um campo de batalha muito importante nesse momento. Não estou dizendo, de forma nenhuma, pelas discussões do passado, se é mais, ou menos, importante que o econômico. Mas, sem dúvida, há algo bastante importante nesse ponto. Inclusive, eu sempre tive a sensação — o Chico e a Bia sabem disso — que quando a gente falava sobre ensino profissional, não estávamos falando sozinhos, nunca. Jamais a gente discutiu a questão do ensino profissional no sentido de ajustar trabalhadores. Nunca foi só isso. A sensação, o desejo, a maneira de agir sempre foi no sentido de mostrar que técnica também é parte da cultura, é a parte técnica da cultura, cultura técnica, por assim dizer.

Seja como for, acho que no meio de tudo que está se falando aqui, há um espaço que está relativamente pouco trabalhado. Sobretudo no ambiente urbano, que produz uma cultura que, muitas vezes, a gente não se reconhece nela, não aceita, não gosta. Seja como for, é uma produção cultural

intensa que tem uma disputa enorme, hegemônica e dialética. De vez em quando o hegemônico vai lá, captura alguma coisa e volta. É um negócio inacreditável. Em certo sentido, é muito mais bem compreendido exatamente por quem tem a hegemonia do cultural do que por nós, que estamos disputando alguma coisa.

A questão ambiental, eu comentava no almoço com a Bia e com o Chico: olha, metade do problema ambiental é um problema cultural porque você muda os padrões de consumo, que é uma briga cultural gigantesca, civilizatória, um negócio gravíssimo.” Agora, se você não muda os padrões de consumo das pessoas, brigando contra o que aparece na televisão, o resto é besteira. Porque enquanto as pessoas estiverem consumindo, se deslocando de um lado para o outro, e estiver usando um carro com motor de seis cilindros e uma infinidade de outras coisas, nada muda. Agora, para você ter novos padrões, para você vencer realmente a questão ambiental, que também interessa muito aos jovens, tem que considerar a cultura. Foi a segunda coisa que o Bernardo me disse. “A segunda coisa é meio ambiente, pai. Se não der certo música, vai de meio ambiente, que pega menos, mas também pega.” O meio ambiente é também uma coisa cultural.

Você tem que dizer: “olha, o planeta está ameaçado, mas não vai melhorar se você não tiver novos hábitos.”

Então, acho que é um campo muito grande. Mas enquanto esse campo, essa luta anti-hegemônica não se trava... E aí vai a segunda sugestão. As ONGs que atuam no campo produtivo, de uma forma geral, elas não têm por onde ir. Têm que fazer o papel de ajudar as comunidades a lidar com burocracia, não há outra saída; o pessoal não sabe preencher formulário...

Como o Francisco disse bem, o Estado brasileiro é supercontrolado. Muitas coisas que foram comentadas aqui, cadastro e tal, são formas de controle.

No Brasil há um controle extraordinário sobre aquilo que é controlável e um descontrole total sobre aquilo que não é controlável.

No Brasil há um controle extraordinário sobre aquilo que é controlável e um descontrole total sobre aquilo que não é controlável. Tenho um colega de formação, do TCU, que me diz: “a gente sabe perfeitamente que consegue pegar os pequenos desvios e não consegue pegar os grandes, porque os grandes sabem como passar por nós.” O fato é que eu acho um trabalho importante ajudar a mexer com essa lógica da burocracia porque, não há como duvidar: o Estado moderno é burocrático. Muitas vezes, a própria esquerda pede coisas que aumentam o controle. Boa parte desse controle foi solicitação nossa, da esquerda. De qualquer maneira, o mundo do direito, os advogados que são de esquerda sempre atuaram em campos, lutas de trabalhadores etc., mas faltam os que atuam do lado do controle, não tem esquerda ali. E a norma é a suspeita generalizada. Qualquer pessoa que invente alguma coisa nova é suspeita. Se você não fizer nada, ninguém pega. Mas se você inventar alguma coisa, os órgãos de controle vão em cima. É uma situação terrível. Nesse campo do Estado não há um esforço contra-hegemônico. Não há muito espaço para se dizer, temos que tratar desigualmente os desiguais, temos que realmente diferenciar as formas de controle. São formas unificadas de controle. Para quem está acostumado, é fácil. Mas para quem não está acostumado é uma barreira intransponível. A questão do controle é praticamente ignorada pela esquerda. Se você bobeia, assume a responsabilidade pessoal sobre aquele negócio. Então o administrador é levado a ser hiper-rigoroso e, por via das dúvidas, a dizer não, porque ele é pessoalmente ameaçado.

Mas, enquanto essa situação não muda realmente, as ONGs terão que enfrentar e, de algum jeito, travar conhecimento desses mecanismos todos. Não se deve ter unicamente uma postura de que isso é detestável. Não adianta chorar. Realmente, as regras dadas nesse momento são: tente mudar, faça o que for possível, denuncie. Mas é parte da tarefa cumprir aqueles controles, fazer os relatórios. Isso também é um aspecto cultural que não está dado, como tantos outros. Como, por exemplo, quando havia as agên-

cias de cooperação internacional, o pessoal pedia uma máquina de beneficiamento de arroz, usava naquela safra e, depois, não tinha que prestar conta mesmo. O pessoal largava lá de lado, em plena Amazônia; uma umidade danada. No ano seguinte a máquina não funcionava porque faltou dizer: “pessoal, tem que limpar, guardar, proteger, senão não vai ter.” Também, não havia muita prestação de conta e no ano seguinte se pedia outra. Esse é o tipo de situação que, dentro de um diálogo cultural pode mudar. Acho que é uma parte das agências, das ONGs, antecipar essa situação, dizer: “olha, a máquina não é só uma coisa. Se o ser humano é ser, viver e existir, a máquina também. Não é só aquela coisa material. Ela também tem que sobreviver e, para isso, tem que cuidar”.

Marcos

Eu sempre falo do lugar de onde eu venho, de uma ação concreta, para abordar estas duas questões: das políticas públicas indutoras e das restritivas. Citando exemplos: a questão das regiões metropolitanas ou urbanas. Já tem de algum



tempo, a Maria Emília citou hoje aqui, nessa discussão de agricultura urbana; e já existem projetos em todo o Brasil em torno disso. O que falta é um marco legal, como tem, por exemplo, para a agricultura familiar: a lei que define o que é agricultor e agricultura familiar. E aí ele começa a ter acesso a todas as políticas públicas. No caso da agricultura urbana, falta um marco legal que defina isso. Já existem leis municipais e estaduais. São Paulo tem uma lei municipal de agricultura urbana, Belo Horizonte também. Minas Gerais tem a lei estadual de agricultura urbana, e muitas outras aí no Brasil. Bom, tem esse desafio e tem que ter espaço para isso. Mas não estou falan-

do que agricultura urbana é a solução, mas é uma possibilidade. Eu trabalho com isso, e venho trazer uma experiência.

Nós começamos uma discussão em Belo Horizonte, um projeto, um plano de negócios da cadeia produtiva da agricultura urbana e nessa discussão tinha uma incubadora que o MDS criou num parque estadual para processamento de produtos agrícolas, e buscamos muitas alternativas. Nessa direção buscamos uma conversa com o MDS para começar a discutir a DAP da agricultura urbana, e um PAA para a agricultura urbana. O que falta é isso, uma legislação. Aí toca no que você falou, Chico: tem que ter um movimento que abrace isso para construir esse marco legal. Ainda não existe. Acho que a agricultura urbana tem que avançar muito. Em Belo Horizonte já tem discussão com o Movimento dos Sem Casa, as ocupações. Tem lá uma ocupação, a Dandara, onde eles já estão discutindo o que é a moradia, mas moradia com qualidade, com possibilidade, enfim.

Voltando àquela discussão da manhã, na qual se abordava a necessidade que a gente tem nessas iniciativas — como assessor, ONG — de buscar as novidades e mostrar caminhos. Nesse projeto, a gente buscou uma brecha, e não tinha. Não poderíamos vender para alimentação escolar porque não éramos agricultores familiares. E descobrimos que a diretora da escola municipal, em Belo Horizonte, tinha um caixa pequeno para a compra de sal-sinha, cebolinha, couve, acelga na mercearia da esquina. Falamos: “em vez de você ir lá, você vai comprar desse projeto que são hortas comunitárias”. E a gente foi atrás de uma legislação estadual, daquela nota eletrônica, do empreendedor individual, e conseguimos viabilizar essa venda. Quer dizer, atuar criando mecanismos para isso. É necessário. E nós, que estamos nesse campo, assessorando os grupos, precisamos também criar experiências que sejam sistematizadas, demonstrativas para influenciar a política.

Queria dar outro exemplo da política, do marco legal, que é restritiva. A Maria Emília falou visualizando uma crise ou um problema socioambiental, e citou o exemplo das quebraadeiras. Eu estou atuando também naquele mu-

nicípio que informei hoje de manhã. A gente estava elaborando um plano municipal de desenvolvimento rural de forma participativa. Tinha proposta de assistência técnica, de fomento, uma série de coisas. Mas a que deu mais debate com os agricultores foi a questão ambiental da restrição na região deles. Quer dizer, é uma região, como já disse, de muita mineradora, e a Vale do Rio Doce vai fazer a maior mina do mundo, que é a Brucutu. Para isso tudo tem licenciamento: a questão hegemônica e contra-hegemônica. Mas o agricultor, se ele matar uma capivara ou um jacu, paga multa e pode até ser preso.

Qual foi a discussão maior no encontro? Os agricultores querem ter o direito de matar a capivara e o jacu porque eles plantam lá a roça de milho, vem a capivara ou o jacu e comem tudo. Eles não conseguem produzir. E aí? Qual é o nosso posicionamento, nós que estamos assessorando o pessoal? Resolvemos ver no IEF como era isso. O IEF falou: “quando aparecer a capivara, vocês se juntam e vão fazer o boletim de ocorrência para a polícia. Juntem vários agricultores com vários boletins de ocorrência da capivara comendo a roça e aí nós vamos poder entrar com processo.” O agricultor se manifestou assim: “enquanto a gente vai fazer o boletim, a capivara já comeu a roça toda, então não preciso mais.” Esse aí é um exemplo muito pequeno, mas essa questão da legislação ambiental também tem que ser pensada para os empreendimentos, para agricultura familiar. São coisas que a gente tem que pensar. Tem que ter um marco legal. Essa legislação não pode ser usada de uma forma tão rígida que não tenha o bom senso de definir as circunstâncias. Eu queria dizer, como assessor, que a gente também tem que atuar com isso e até com uma desobediência civil para coisa poder andar.

Renata

Renata, de São Paulo, do Kairós. É nisto que dá: a Capina bota a gente para pensar e a gente não quer parar mais.

Fico pensando um pouco no Kairós. A gente trabalha com o tema do consumo responsável desde 2000. Comércio justo, economia



solidária, tudo com esses adjetivos. Nesses doze anos de trajetória, a gente mudou muitas vezes — ainda bem — as formas de pensar, o modo de discutir, de trabalhar e desenvolver atividades junto aos projetos.

Cada um de nós tem uma trajetória, mas essa parceria com a Capina, desde 2007, ajudou muito nessa problematização do sistema, na relação do sistema com a economia popular, com os outros universos também. A gente veio cada vez mais tendo clareza de que é impossível falar numa questão de consumo desatrelada da questão da produção e da comercialização. A gente acompanhou muito essa construção do sistema de comércio justo e solidário, e a discussão sobre os critérios do comércio justo e solidário são exatamente todos os pontinhos que você tem que seguir para se dizer empreendimento de comércio justo. Eram discutidos e debatidos com muita ênfase cada um daqueles pontos, e a intenção que ficava forte, naquele momento, não era no sentido de exclusão, mas de uma busca de identidade na direção, até de controlar a cooptação.

Hoje, há programas como o Caras do Brasil, por exemplo, do Pão de Açúcar, que é um programa de comércio justo. Você tem o Fair Trade, que é uma lógica de comércio justo diferente da proposta do comércio justo solidário, construído na vinculação com a economia solidária como política pública. Então, muitas vezes, essas tentativas de criar identidade, também

geram a exclusão. A gente está, nesse momento, tentando discutir a política de fomento para o comércio justo e solidário vinculado à economia solidária. Aí é que está a questão: como os critérios que não foram aprovados no decreto, podem, na verdade, ser excludentes ou eles podem ser utilizados como uma forma de debater o tema, como orientação, enfim, um horizonte.

A gente costuma dizer que a importância de trabalhar a questão do consumo responsável é na perspectiva do consumo como direito, relacionando com a questão da segurança alimentar, da soberania alimentar, do direito a uma alimentação saudável, a uma alimentação nutritiva, uma alimentação sem veneno; e não uma elitização desse consumo, não o consumo responsável como nicho de mercado, mas como um direito. E, como instrumento, a gente consegue trabalhar o poder de compra para fortalecer as relações de produção na perspectiva da contra-hegemonia das relações de produção não capitalistas, vamos dizer assim. É um pouco nessa linha que a gente procura discutir. Inclusive a questão da cultura no aspecto da comercialização. Ou seja, resgatar espaços e canais de comercialização, fortalecer, no caso de metrópoles como São Paulo, é fortalecer. Mas em outros estados, no Nordeste, por exemplo, as feiras, elas nunca perderam força. São espaços de comercialização em que a questão da cultura está extremamente presente e que é muito mais interessante, muito mais vivo do que você entrar num supermercado e adquirir produtos. Enfim, como trabalhar essa questão da cultura vinculada aos espaços de comercialização, de compra? E é uma questão também do controle social, da perspectiva de programas, como o PNAE, por exemplo; a importância dos conselhos de alimentação escolar, a importância de a população participar também desses processos e desses espaços; e cobrar nas escolas, nos bairros o que está acontecendo.

Robson

Ontem à tarde surgiu um questionamento sobre o que a gente está chamando de políticas públicas: se podemos falar de políticas públicas ou se a gente pode pensá-las como políticas de Estado. Para mim isso é uma questão. A Angela falou assim: “acho bem interessante que o Estado não seja monolítico.” Então, pensei em coisas que aconteceram recentemente num local, onde a gente vê, de



fato, que o Estado não é monolítico. Dentro da Prefeitura do Rio, por exemplo, você possivelmente ainda tem algumas forças com as quais talvez a gente consiga romper e conquistar algumas coisas. Mesmo no campo da economia solidária, a gente consegue caminhar e ir avançando.

Mas uma coisa que me incomoda é que mesmo que haja um avanço importante na relação direta estado/cidadão, no reconhecimento do direito, fico pensando como essa relação está posta para servir também ao que a gente está chamando de projeto hegemônico. Agora, estou no campo das contradições que a Maria Emília estava trazendo. Se, por um lado, se estabelece uma relação direta importante, por outro lado, ela pode estar reforçando uma lógica ou um projeto que a gente está chamando de hegemônico.

Outra coisa é: o que significam essas políticas no território? Quando a gente pensa em determinado local, como essas políticas se colocam nesse território e quais são as forças que estão nesse território disputando essas políticas? Vou dar um exemplo: quando a gente pensa no território da Colônia Juliano Moreira, a gente pensa no projeto do PAC, e a gente pensa na

habitação, e logo aparecem as forças. Tem uma cooperativa, por exemplo, a Cooperativa Esperança, que é uma cooperativa que vem, há onze anos, trabalhando para ter seu processo legítimo de construção das casas. Chega a milícia e diz assim: “eu quero tantas casas”. Ela não consegue porque a Cooperativa Esperança faz uma composição de forças no território para dizer: “não, para vocês não vai ter esse jogo”.

Então, como as políticas chegam ao território e como elas vão ser disputadas lá no dia a dia, na relação. E a Angela ainda fala assim: “somos ainda muito iluministas”. E, olhando para a economia solidária, penso, *como não ser isso?* Como a gente poderia fazer um movimento que não levasse a gente para essa armadilha? Teria que repensar o próprio conceito de economia solidária. A efervescência do dia a dia, da realidade das práticas, é que vai dando o tom do que a gente pode chamar de outra economia, economia dos setores populares, economia popular, economia solidária. Não estou desmerecendo o conceito, mas, talvez, como foi falado também de manhã: a realidade grita, esperneia, dá cambalhota mais do que a gente imagina, e um conceito não dá conta dela.

Por último, queria dizer que vocês me provocaram com essa coisa do hegemônico e contra-hegemônico. Não sei se a gente está falando sobre se existe uma lógica de funcionamento que é maior do que um projeto hegemônico, e essa lógica é que define e fortalece determinado projeto que a gente chama de hegemônico. Ou seja, a lógica que eu levo para dentro da minha instituição, que pode ser de opressão ou não, é que vai definir. Estou me perguntando qual seria o projeto contra-hegemônico, entendem?

A efervescência do dia a dia, da realidade das práticas, é que vai dando o tom do que a gente pode chamar de outra economia [...]

Então, o que eu consigo alcançar nessa tarde é o seguinte: vejo várias lógicas, vejo modos de as pessoas operarem no seu dia a dia, nas suas instituições, na economia solidária, nas escolas, que vão definir ou que vão fortalecer determinada maneira de estar nesse mundo. Essa lógica pode ser mais sacana, mais perversa, ou ela pode potencializar a vida. Deu vontade de ir mais fundo e continuar discutindo. Com certeza, a Capina vai promover várias rodas de conversa.

Parte 10

Angela



A minha razão para pedir a palavra é que lembrei, no meio do caminho, que trouxe para o Chico uns exemplares de uma agenda que se produz em São Paulo — Agenda Cultural da Periferia —, que acaba ilustrando o que eu estava dizendo antes. Não quero responder nada. Quero aumentar um pouquinho os meus comentários sobre algumas questões.

Tem uma questão que a gente precisa recuperar um pouco no sentido histórico também: a discussão do pacto federativo. Para quem está na carreira há mais tempo, vale lembrar que essa discussão é da Constituição de

88, e que ela surge na Constituição de 88 para se contrapor a um Estado extremamente centralizado e autoritário. Qual era a ideia do pacto federativo? De um lado, a busca da descentralização em direção à sociedade civil, ampliando os espaços de participação, de controle social sobre as ações do Estado, sobre a distribuição dos recursos públicos, seja nas políticas e de diferentes maneiras. E, de outro, a descentralização em direção aos níveis menores de gestão do Estado, ou seja, os estados e municípios. É só na Constituição de 88 que os municípios são reconhecidos como unidades da federação e passam a compor esse pacto de gestão das políticas públicas no Brasil. Inclusive, era uma reivindicação muito forte dos movimentos pela democratização naquele momento; dos movimentos sociais como um todo e, sobretudo, estava articulada com uma discussão em torno do desenvolvimento local. Então, era uma maneira pela qual se pensava em ter maior participação do cidadão, dos movimentos, na definição dessas políticas. De novo, quando a gente vai fazer a crítica a esse modelo, acho que a gente tem que se concentrar. Maria Emília fez esse esforço mostrando a que se resumiu e o que a gente deveria resgatar nesse processo. Porque, senão, estaremos opondo coisas que não são o núcleo do problema. Nós não podemos opor a descentralização das políticas em direção aos municípios à questão da descentralização da sociedade. Não são coisas iguais.

No meio desse processo a gente teve os anos noventa, que foi aquele caos todo que o Parreiras também já falou, e teve, ao mesmo tempo, um processo perverso do Estado brasileiro no sentido de transferir para a sociedade a gestão das políticas públicas, numa ideia de privatização, de desresponsabilizar o Estado por um conjunto de políticas de garantia de direitos sociais. E envolveu a sociedade civil organizada, sobretudo as ONGs, em dinâmicas muito perversas colocando, inclusive, um conjunto de ONGs numa situação de concorrência e disputa entre si.

Penso que, depois de 2003, começou um movimento de tentar reverter essa situação que não foi suficientemente eficiente, do meu ponto de vista, a

ponto de ter chegado naquela situação do final do ano passado, quando a Dilma solta aquele decreto que quase sepulta todo mundo. A gente não conseguiu negociar, repactuar a relação do Estado com a sociedade civil na gestão das políticas públicas, ou na execução de serviços públicos. Agora, isso não é contraditório com descentralizar as políticas em direção aos municípios. É outro debate que nós temos que fazer.

No mundo do trabalho, por exemplo, há um debate fortíssimo sobre a incapacidade do Estado brasileiro de descentralizar essa política. Aí, fica tudo decidido no âmbito nacional. Descentralizar política em relação às outras unidades da federação não quer dizer excluir a sociedade civil de participar, tanto da definição quanto da execução. A ideia é que no âmbito do município, ou das regiões metropolitanas, ou dos territórios de cidadania, enfim, da regionalização que se criasse, que houvesse, aí sim, uma pactuação do que seria feito e de que maneira seria feito. A ideia é exatamente poder respeitar mais as realidades locais e não impor uma política monolítica de cima para baixo. Eu acho que isso nós não conseguimos. A descentralização do Estado brasileiro está fragilizada tanto em direção à sociedade quanto em direção aos municípios. E, do meu ponto de vista, a gente deveria mesmo provocar esse debate e conseguir identificar o processo que deveria ser feito para garantir essa democratização do Estado. Não é que eu concorde com o que está aí, mas nós temos que tomar cuidado para não criar polêmica no lugar errado. Uma coisa não é incompatível com a outra.

Tem outra questão que nós estamos amadurecendo a duras penas no Brasil, que é o sentido de público. Esse é o nosso nó. No Brasil, nós nos acostumamos, por razões ideológicas de Estado e de elite, a compreender o público como aquilo que não é de ninguém. E se não é de ninguém, ninguém cuida. Lembro-me de ter enfrentado debates em que as pessoas achavam que disputar recursos públicos era uma coisa vergonhosa para os movimentos porque parece que aquele negócio ali é sujo. Gente, recursos públicos da

sociedade brasileira, como é que nós não vamos disputar a alocação desses recursos? É um esforço mudar essa ideia de que o que é público não é de ninguém, mas é de todo mundo. Nós devemos participar da definição disso que é “de todo mundo”. É um amadurecimento difícil do ponto de vista da democracia. Nós estamos andando com muita dificuldade nesse processo, mas temos avanços também.

Essa discussão do Estado sobre mediação, não mediação, é importante. A minha fala era muito no sentido da necessidade de criar essa relação na

qual o cidadão é reconhecido pelo Estado. A mediação para mim é outra coisa, é representação dos grupos, dos movimentos sociais que se articulam, do sindicato. Se há uma coisa que é o reconhecimento do direito daquela pessoa, e ela pode acessar independentemente de ter alguém atestando que ela é pobre, atestando que ela é isso ou aquilo. O cidadão chega lá, se inscreve, é reconhecido e recebe o direito que ele tem. É bom falar dos avanços que foram feitos por lutas coletivas, mas aí é outra discussão. O reconhecimento das representações sociais diversas é uma briga que não é fra-

ca. As centrais sindicais só foram reconhecidas muito recentemente, no governo Lula. Antes, apesar de existirem, elas não eram reconhecidas.

Falando um pouco dessa coisa do vanguardismo, de a gente achar que está à frente, evidente que quem está organizado tem um projeto político. Cada um tem uma visão de qual a sociedade que quer e, não necessariamente, nós conseguimos pactuar e ter uma visão coletiva, construída hoje, que proclame “estamos todos juntos construindo este projeto”. Nós temos vários projetos nesse momento. Há pessoas associadas a diferen-

Cada um tem uma visão de qual a sociedade que quer e, não necessariamente, nós conseguimos pactuar e ter uma visão coletiva, construída hoje, que proclame “estamos todos juntos construindo este projeto”. Nós temos vários projetos nesse momento.

tes projetos. Mas, enfim, há uma parcela importante da sociedade em diferentes frentes, em diferentes trincheiras que está contra o projeto hegemônico e está lutando para transformá-lo. Agora, isso não invalida o conceito de economia solidária.

A gente viveu um momento, em 2003, de afirmação da economia solidária e houve um esforço gigantesco de quem estava ali para definir o que era e o que não era economia solidária. Só que o conceito do que é economia solidária, como disse o Roberto Marinho, da SENAES, que a economia solidária significa hoje muito mais do que ela é. Ao significar muito mais do que ela é, a gente restringiu o acesso de muita gente à política de apoio para que as pessoas chegassem lá. Acho que é mais ou menos esse o problema que nós temos hoje e que se reflete em várias políticas. Quando você define que quem tem acesso é quem está dentro daquela definição, todo mundo que gostaria de chegar nela tem dificuldade de acessar aquela política. A gente tem que pensar. Uma das lutas passa por pensar como a gente pode criar formas de acesso às políticas para que as pessoas as acessem, não pelo ponto de chegada, mas pelo ponto de partida. Por exemplo, se eu não estou organizada, mas eu quero me organizar, então, como faço para ter acesso às políticas que ajudem a me organizar? Ou, como posso ser reconhecido tendo direito a essas políticas? Essa é um pouco a armadilha em que se caiu na economia solidária ao jogar a definição lá em cima. Não é que a gente subiu um degrau, levou um tombo, e aí tem que subir de novo. Mas é esse o movimento que a gente está vivendo. Felizmente, a situação política é muito menos ruim do que já foi. Já é um momento em que é possível estabelecer a disputa. O nosso grande desafio, no meu ponto de vista, é nos organizarmos, termos representação para conseguir enfrentar as forças dominantes.

Maria Emília

Na minha fala, propositadamente, dei exemplos de algumas políticas porque vão no curso da “desbancarização”. Para mim, essa é uma questão política fundamental hoje. A “Desbancarização” não passa pelos bancos, pelo crédito,



pelos serviços bancários. PAA, PNAE estão fora disso. Isso tem a ver com uma nova maneira de pensar a dinamização econômica e o envolvimento desses setores. O debate sobre a agricultura urbana vai também nesse sentido. Esse é o primeiro ponto que eu queria enfatizar. E nisso a gente devia se deter.

Segundo, concordo com a Angela que é uma conquista da Constituição esse processo do pacto federativo, da descentralização. O problema é o seguinte: a democratização do Estado tem que ser pensada a partir do processo de descentralização, da relação com os entes federados. Mas eu quero saber como fica a democratização da relação com a sociedade. Acho que só tem uma maneira de a gente avançar hoje nesse caminho: é tomar cada política como unidade de análise. Vou voltar ao PAA e vou exemplificar que isso não está acontecendo, e vou discordar um pouquinho do Rogério, que falou da necessidade do Estado moderno ser mais burocrático. O PAA desburocratiza na relação com estados e municípios, substitui um instrumento de convênio pelo instrumento de adesão. Isso é uma simplificação gigantesca na relação do plano federal com estado e municípios, e transfere hoje um montante altíssimo de recursos para municípios e estados. Garante que, para estados e municípios, vai transferir recursos para operar com o programa. Então nós perguntamos a mesma coisa: como fica a sociedade?

Primeiro foi aquela luta para ter lá no decreto o *preferencialmente*, para admitir que organizações pudessem comercializar. Segundo, dissemos: e

as formas, e a vida dessas organizações? Como elas funcionam? Não são todas cooperativas que têm lá seu capital de giro etc.? É grotesco. Vou sugerir que vocês leiam, é muito longo, o artigo 13 do decreto. Ele propõe a hipótese, claro: “na hipótese do pagamento desses recursos [...]”. Só faltaria à lei dizer assim: “tem que descontar do associado.” Então, não só o Estado não pode transferir algum recurso para que essas organizações funcionem, como diz que pode, desde que autorizado, e desde que pres-tadas as contas. Inclusive, era preciso guardar os comprovantes por dez anos. Era a opinião dominante. Foi preciso que alguém com senso de oportunidade e com capacidade técnica conseguisse comprovar que nenhum órgão exige isso. Podia ser cinco anos. Então, os cinco anos ficaram. São coisas assim, gritantes. São dois pesos e duas medidas, e é isso mesmo que está em jogo. Este é um Estado “estatista” que prega a descentralização. Outro exemplo. Você pega um texto de um núcleo importante, como o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Alimentação, o NEPA, de Campinas, e vai procurar os dados sobre como operam estados e municípios com o PAA. Há um asterisco informando que não há dados, ou não há como comparar o ano tal com o ano tal. E se você vê como opera a Conab, com as organizações, os dados estão todos ali. Por isso que eu disse que uma preciosidade desses programas é que estabelece para nós uma necessidade política de enfrentar o poder local junto ao poder federal. Enfim, vamos descentralizar também as nossas lutas e questionar esses dois pesos e essas duas medidas. Terceiro: há hoje, no Brasil, certa reificação da participação social. Aumentou a participação? Aumentou,

Acho muito interessante essa lembrança da cultura como uma questão que é agregadora, ordenadora, no nosso debate sobre segurança alimentar. Dentro de alguns desses programas a gente vê o quanto é importante a cultura alimentar e o quanto isso também tem mobilizado.

mas não vamos ter ilusões. Tem conferências nacionais, tem conselhos, tem ideias boas de programas. Quero insistir nisso: são ideias boas. Os grandes limites e impasses estão na maneira como se opera. Por isso, vou dizer que se me perguntarem: onde você quer atuar hoje, com direito de escolha, no comitê gestor do PAA ou no conselho tal? Vou dizer: eu quero ir pro comitê gestor. O comitê gestor é só Estado. No conselho consultivo do comitê gestor do PAA ou do PNAE. Cada um desses programas tem um conselho consultivo. É nesse espaço que se dá a disputa com o governo e com os movimentos sociais.

Quero encerrar, e dizer que as contradições estão também no seio do povo. A última portaria do PNAE, da alimentação escolar, definiu que agora o limite para participar da alimentação escolar é de R\$ 20 mil por família. Esse limite é o seguinte: em municípios pequenos, no Brasil, um agricultor cumpre essa meta. Mas isso foi defesa de parte dos movimentos sociais em oposição a outros. Particpei de uma reunião em que determinado movimento social insistia que, na modalidade doação, se deveria passar de 4.500 para 9.000. Eu era contra. Nesse caso, conseguimos manter 4.500, porque descentraliza.

Sabe o que o governo diz, às vezes? “Não há dinheiro para contratar fiscais.” Na chamada para assistência técnica, hoje, é isso que o governo está dizendo se a ONG participar da chamada. Cada lote tem quatro mil famílias, e o governo diz: “não pode ser menos porque não tem fiscal.” Queria chamar a atenção para isso, e insisto que um dia, a gente deveria analisar mais detidamente os vários exemplos de políticas.

Acho muito interessante essa lembrança da cultura como uma questão que é agregadora, ordenadora, no nosso debate sobre segurança alimentar. Dentro de alguns desses programas a gente vê o quanto é importante a cultura alimentar e o quanto isso também tem mobilizado.

Chico

A discussão sobre o *status* da SE-NAES era se ela deveria ser um ministério ou uma secretaria, ou se seria uma Secretaria Especial com *status* de Ministério. Por aí, acho que já houve uma definição de subordinação à questão do trabalho.



Porque parecia lógico colocar isso no âmbito do trabalho. Mas quem conhece a estrutura de Estado sabe ao que está sujeito ser uma secretaria dentro de um ministério. A opção por ser uma secretaria dentro do Ministério do Trabalho e Emprego já colocou por baixo a questão.

Lógico que, se não existe, por parte do próprio Movimento, uma posição clara para reivindicar o lugar, não tem como o governante conceder. Por isso digo que só acredito em movimento social organizado. Não acredito em outra coisa. Assim, a economia solidária começou por baixo quando ela escolheu o *status* de ser uma secretaria por dentro de uma estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego, com todas as definições existentes da legislação e da briga que existia em torno da regulamentação das centrais sindicais.

Já era de prever que isso ia ocupar um espaço enorme. A questão do mercado formal de trabalho era uma questão colocada claramente para resolver. Havia uma promessa, inclusive, de criação de não sei quantos milhões de empregos formais. Então, subordinar a discussão da economia solidária a essa lógica foi começar por baixo.

Não estou culpando especialmente uma pessoa ou culpando um movimento. O que estou querendo dizer é que ainda não existia um movimento organizado a tal ponto de poder reivindicar uma inserção diferente dessa. As políticas só avançam e só são criadas exatamente por essa capacidade

de aglutinar. Pela força de movimentos que aglutinem essas bandeiras, que discutam. Portanto, precisa reaglutinar. Tem discussões importantes acontecendo, como o programa nacional de agroecologia, que é uma discussão grande. Se não aglutinar, pode perder a oportunidade de colocar uma discussão que é feita há muito tempo por várias entidades do movimento social e que não vão ser chamada à mesa se não se colocarem à mesa.

Outra coisa. Tenho participado da discussão do tal do Fundo das ONGs, que recuou completamente agora por conta da solução encontrada de criar com o BNDES e a Petrobras um fundo de apoio às ONGs, como uma tentativa

As políticas só avançam e só são criadas exatamente por essa capacidade de aglutinar. Pela força de movimentos que aglutinem essas bandeiras, que discutam.

inicial de substituir, de alguma forma, o recurso perdido da cooperação internacional. Não acho que era a melhor solução, nem as ONGs acham a melhor solução. Porque, na verdade, é na discussão do marco regulatório das ONGs que está colocada essa discussão e o Fundo deveria ser, de fato, uma possibilidade de aporte de recursos vários, desde internacionais até nacionais, e que deveriam ter o controle das ONGs. Nessa discussão, as

ONGs têm que se colocar de novo. Porque elas também abandonaram o campo da discussão, até por um lado de sobrevivência.

Mas eu digo que não conheço nenhuma luta no Brasil que tenha durado um, dois, três, quatro anos. São lutas que duram dez, quinze anos. A realidade do não financiamento da cooperação internacional colocou para algumas ONGs, de partida, a saída dos que não queriam recursos públicos. Se não querem recurso público, então, como é que essas ações vão ser financiadas?

A Angela lembrou a organização do Estado nos anos noventa. O Estado transferindo recursos para as ONGs. Depois, outras formas foram criadas. As OSCIP, as OS, um monte de formas. Mas as ONGs que permaneceram

nesse campo, que se colocaram historicamente, têm uma discussão para travar ainda, que vai na direção de cobrar do Estado o recurso público. Não vejo outra saída. Essa discussão coloca outra coisa que é, de novo, a questão do público. O que se está discutindo, é a utilização do recurso público. Daí tem que ter a compreensão do que é público e não estatal. Qual é a esfera de atuação no campo público? Não precisa ser só estatal, não deve ser só estatal. Essa é uma discussão que está em pauta e que tem que voltar. Há uma dificuldade grande também dos órgãos de controle, novamente. Enfim, é complicado. Mas não tem avanço se não continuar persistindo nessa história.

Queria propor aqui também uma discussão que já vinha sendo abordada no MDA e que casa muito bem com a questão do desafio urbano, mas que também leva para o lado rural. Começam a ser levantadas algumas críticas, por algumas pessoas do Ministério da Fazenda (não são todas), sobre os recursos colocados na agricultura familiar. Uma delas é que eles não foram capazes, ainda, de dar um salto de produtividade na agricultura familiar. Portanto, não justificaria o tamanho do recurso aportado na agricultura familiar. Essa é uma preocupação que

todos nós vamos ter que ter, inclusive, olhar do ponto de vista também da inovação. Quando a gente pensa em inovação, em novas tecnologias, são processos. É fazer o que a Maria Emilia disse: pensar em como se consegue, de fato, fazer a política funcionar. Uma coisa é criar a política, outra coisa é fazer funcionar. Às vezes isso depende de inovação de processos. É preciso pensar em inovação porquena maior parte das vezes, o dinheiro todo vem para grandes setores, como gás, petróleo etc. Tem que

É fazer o que a Maria
Emília disse: pensar
em como se consegue,
de fato, fazer
a política funcionar.
Uma coisa é criar
a política, outra coisa
é fazer funcionar.
Às vezes isso
depende de inovação
de processos.

pensar em inovação para esse outro lado, senão até a política de subsídio à agricultura familiar pode ser questionada lá na frente, pois não gerou aumento de produtividade .

Por outro lado, a CNA está avançando com seu modelinho de incluir os pequenos. Aí, crio um *link* com o urbano. O que é a produção urbana, o que é ser produtivo no urbano? A música, a cultura, coisas que estão junto disso tudo. Vejam o que tem de jovem fazendo música, fazendo cultura, e, de certa forma, se mantendo com isso; e não só se mantendo como mantendo uma possibilidade de fugir da lógica dos motoboys. Naquele filme, *Linha de passe*, do Walter Sales, que mostra a história do pobre, o que me deixou preocupado foi o inexorável caminho do jovem para uma atividade massificada, subordinada, inserida não na sua independência, mas na reprodução do tempo da sua vida, o *telemarketing*. Então, casar a inclusão produtiva com essas novas formas, essas novas linguagens de se relacionar no mundo urbano, pode ser um lado bem promissor para chegar, de alguma forma, a esse lado da economia urbana.

Terê

Tentei organizar algumas ideias aqui que acho que têm a ver com um sentimento de felicidade da Capina, de ter conseguido trazer essas pessoas e, de novo, provocar sentimentos e reações que eu acho que são muito importantes. A possibilidade de usar esses espaços como uma espécie de contratempo nesse mundo que a gente está, tão acelerado, e perdendo a capacidade de pensar nosso trabalho. Com esse dia de hoje, acho que a gente cumpriu um pouco essa função.



Tentei identificar algumas convergências que foram saindo durante o dia e que tem a ver com os desafios que a Capina se coloca no papel de militante no seu campo de trabalho. O ponto de partida é uma coisa muito cara para nós, em todos os processos de formação, em todos os trabalhos que a gente tenta desenvolver. O ponto de partida é sempre privilegiado até para olhar essas práticas insurgentes que estão por aí e que a gente precisa dar mais foco.

O que a gente faz, de certa maneira, tem a intenção de romper com o que está colocado e com algumas generalizações que amarram demais a gente. Nesse processo, a gente também tenta identificar brechas por onde podemos atuar e por onde podemos desestabilizar algumas coisas que são importantes de serem desestabilizadas, e que capturam essa capacidade de invenção que o nosso povo tem. Nesse sentido, quando a gente faz isso, ganhamos capacidade de olhar para os grupos, para as pessoas com quem trabalhamos e identificar o que elas têm, e não o que lhes falta. Quando a gente parte do que elas têm, ganha muita força. E elas têm a cultura muito forte. A questão ambiental para alguns grupos é fundamental, e se a gente for pensar no urbano, o foco é o trabalho. Olhamos também para o nosso papel, nessa dinâmica, como assessor, educador. O que a gente vai fazer, afinal de contas, com o jacu? E a gente está o tempo inteiro de olho nesse processo. Por isso acho que essa Roda de Conversa é uma atualização do nosso ponto de partida. Por isso que foi e é tão cara para nós.

Com relação a algumas contradições que temos de conviver, acreditamos que nessa história do hegemônico e do contra-hegemônico está atravessada por essas tensões, e é muito difícil, nas nossas práticas, cair nessa tentação do purismo. Estamos sempre, o tempo inteiro, adotando práticas e maneiras de fazer que são contraindicadas. Não sei, é um pouco na linha do que o Robson estava falando.

Nesse campo de forças, ora a gente vai para um lado, ora vai para outro. E é muito legal a gente poder saber que, dentro desse governo, há pessoas e

forças que estão lutando para que as coisas aconteçam de outra maneira.

E destaco de novo a ideia dos movimentos sociais, porque sem eles a gente não vai a lugar nenhum. Estamos num caminho que é longo, não há dúvida.

Não dá para pensar que em dois anos a gente vai conseguir mudar o mundo.

É difícil, mas acho que a gente merece crédito, a gente merece tecnologia, a gente merece outras condições de viver. Esse é um pouco do resumo que eu

faço do dia. A Capina quer continuar abrindo espaços e contratempos que podem manter a conversa atualizada.



Pós-fácio

Maurício Sardá de Faria/ UFPB

Os amigos da Capina solicitaram uma pequena contribuição à presente publicação que reconstitui os diálogos riquíssimos realizados no encontro e rodas de conversa sobre as Condições Atuais de Desempenho da Economia dos Setores Populares, realizado em 31 de outubro de 2013 no Rio de Janeiro. Aceitei a tarefa com prazer, tanto pelo respeito e admiração que nutro pelo trabalho da Capina e de seus protagonistas.

Escrevo, com os pés no presente, final de 2014, com Dilma reeleita após ter novamente contado com um imenso esforço dos setores democráticos e movimentos sociais para garantir sua apertada vitória no segundo turno contra as forças conservadoras e reacionárias que voltaram a ameaçar o projeto em curso de transformações e reformas tão profundas e importantes quanto tímidas e insuficientes, como as que temos verificado desde 2003

No plano mais geral, retomo aqui uma proposta de interpretação do período recente da sociedade brasileira, quando afirmamos que muita coisa

certamente mudou entre 2003 e 2014, ao mesmo tempo em que muitos aspectos continuaram como estavam ou sempre estiveram. Pessoalmente, nunca alimentei grandes expectativas de que a coalizão governamental empossada em 2003 fosse realizar as transformações estruturais que boa parte da esquerda democrática brasileira almejava.

Aprendi desde cedo que menores ilusões significam poucas decepções e desassossegos. Isso não quer dizer que o governo Lula não trouxe dados novos para o tabuleiro da sociedade brasileira, de maneira que estamos longe de nos alinhar às críticas apressadas que tentam cunhar o governo Lula como mera continuidade sob nova roupagem do neoliberalismo que imperou desde os anos 90 no Brasil, período este que se encontra bem retratado no contexto desenhado por Parreiras nessa publicação.

A complexidade para se compreender esse período recente sem esquematizações pré-estabelecidas encontra-se precisamente na capacidade política dos governos Lula e, em certa medida, Dilma, para articular e fazer convergirem políticas de diferentes matrizes, procurando atender aos diferentes interesses organizados na sociedade brasileira, desde que isso não significasse pôr em risco a realização do projeto de aceleração do capitalismo brasileiro.

A nossa hipótese, neste caso, é a seguinte: os governos Lula e Dilma desde sempre buscaram combinar dois grandes vetores de políticas: a) um projeto de aceleração do capitalismo no Brasil; b) um projeto de alargamento do campo dos direitos sociais através da incorporação de setores até então marginalizados ou excluídos à agenda pública, promovendo novos mecanismos de acesso às políticas sociais e à cidadania. A articulação desses dois vetores só poderia ser realizada contraditoriamente se conseguisse dar materialidade à mistificação ideológica de que se estava a construir “um país de todos”, ou seja, que estava em curso a retomada de um Projeto Nacional.

Quanto ao primeiro vetor, e de forma muitíssimo geral, trata-se da retomada de um projeto de aceleração do capitalismo brasileiro que vimos se efetivar

nos últimos doze anos, recuperando em alguma medida o processo iniciado nos anos 30 com a constituição de uma sociedade capitalista urbana e industrial. Nesse sentido, trata-se de uma revolução capitalista planejada e executada por um núcleo central do governo e representantes das grandes empresas nacionais e internacionais (parte delas diretamente representada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), com o consentimento interessado do capital financeiro internacional.

Sem desprezar as contradições entre as diferentes frações das classes dominantes pelos espaços no interior do aparelho de Estado, o fato é que os governos Lula e Dilma conseguiram realizar uma grande concertação em torno de um projeto modernizante da economia e da sociedade brasileira que lhes permitiu reassumir a direção dos processos de acumulação do capital. Para a efetividade desse projeto, foi necessário reestruturar o Estado a fim de dotá-lo dos instrumentos que permitissem um grande salto à frente na criação de novas Condições Gerais de Produção, adequadas à era informacional do capital e indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer país capitalista. Dentre as diferentes ações e estratégias lançadas pelo governo federal nesse período, cabe destacar: a) retomada das grandes obras de infraestrutura de transporte (portos, estradas, hidrovias, ferrovias etc.) e comunicação; b) retomada das grandes obras de infraestrutura no campo da energia (petróleo, etanol, biocombustíveis, hidrelétricas, gás natural etc.); c) esforço para a expansão das condições gerais de qualificação da força de trabalho (expansão da rede de ensino técnico-profissional, das universidades federais e apoio ao ensino privado etc.); d) restabelecimento das condições para acesso aos recursos públicos de investimento e custeio da produção (fortalecimento do BNDES, BB e CEF etc.); e) expansão das condições gerais para a realização da mais-valia, através da expansão do mercado interno de consumo (expansão do crédito) e das compras governamentais; f) condições gerais para a produção e reprodução das novas forças de trabalho; g) condições gerais para a expansão das empresas de capital nacional para a conquista de novos

mercados e sua implantação em outros países e continentes. Esses exemplos certamente que não esgotam os vetores do projeto de aceleração do capitalismo no Brasil, mas configuram o cenário no qual vão se projetar as demais políticas sociais.

Ao mesmo tempo, os governos Lula e Dilma articularam também outro vetor político, pelo qual se projetaram ações, programas e políticas que visavam o reconhecimento e integração ao campo dos direitos e das políticas públicas de inúmeros segmentos sociais marcados até então por uma trajetória de exclusão no seio da sociedade brasileira. Neste caso, um vasto conjunto de atores identificados como pertencentes aos setores populares e categorias de trabalhadores não assalariados passaram a encontrar no Estado brasileiro, a partir de 2003, ações ou políticas públicas que os reconhece como sujeitos de direitos a serem atendidos, e espaços institucionais de participação foram construídos para canalizar seus anseios e reivindicações tendo em vista a sua incorporação na agenda redistributiva governamental. Vale lembrar, de passagem, a ampliação das políticas para a agricultura familiar, tentativas de fazer avançar (mesmo com um modelo anacrônico) os projetos de assentamento de reforma agrária, ações e políticas para populações tradicionais e povos indígenas (também em franca contradição com o projeto de aceleração do capitalismo no Brasil), o reconhecimento e valorização da mulher trabalhadora, ações voltadas para a juventude, construção da categoria profissional dos catadores de materiais recicláveis, etc.

Esses dois grandes vetores políticos – projeto de aceleração do crescimento do capitalismo e projeto de ampliação dos direitos sociais –, estiveram sempre presentes durante os governos Lula e Dilma, articulados contraditoriamente no projeto sintetizado na frase slogan do primeiro governo: “Brasil, um país de todos”. Essa articulação apenas poderia prosperar através da ficção ideológica que integrava os dois vetores como se representassem um único (e, em alguma medida, harmônico) Projeto Nacional. Em outros momentos, o próprio Lula produziu variações dessa ficção, como quando afir-

mava que estaríamos perto do momento de “colocar no mesmo contêiner os produtos da agricultura familiar e do agronegócio”.

Afirmar que se articulavam no seio do governo ambos os vetores de políticas não deve significar que o peso destinado a cada um deles tenha sido equitativo, e o esforço para fazer avançar as condições gerais de produção e acumulação do capital tenham correspondido à disposição de luta e enfrentamento (muitas vezes interno ao próprio governo) para alargar o campo das políticas sociais aos setores que delas sempre estiveram marginalizados e excluídos. De fato, em termos de mobilização da estrutura de governo

[...] um vasto conjunto de atores identificados como pertencentes aos setores populares e categorias de trabalhadores não assalariados passaram a encontrar no Estado brasileiro, a partir de 2003 [...]

e alocação de recursos, pode-se dizer que a prioridade foi e continua sendo o avanço das relações e estruturas dinamizadoras do capitalismo brasileiro, aprofundando a sua inserção no quadro da divisão internacional do trabalho e na trama da globalização financeira.

Acreditamos ser este o cenário a ser levado em conta quando se pretende analisar a trajetória das políticas para a economia popular e solidária no governo federal, desenvolvidas durante os governos Lula e Dilma. Em

estando correta essa delimitação, pode-se desde já adiantar que a criação da SENAES significou politicamente o reconhecimento e a incorporação de um campo econômico e social novo no Estado brasileiro, possibilitando o desenvolvimento de ações, programas e políticas voltadas para o fortalecimento da economia solidária. Ao mesmo tempo, e dado o outro vetor prioritário dos governos nesse período, a política de economia solidária acabou subsumida no interior da própria estratégia do governo, ficando estruturalmente impossibilitada de se desenvolver plenamente e rivalizar de forma positiva com o projeto de aceleração do capitalismo no Brasil.

De todo o modo, a própria existência da SENAES nesses últimos oito anos, o seu significado político para amplos setores do campo popular e democrático, e as políticas que conquistou e tornou efetivas, constituem já motivos suficientes para o seu reconhecimento como importante experiência na história das lutas democráticas no Brasil. cujos principais elementos tentaremos sintetizar a seguir.

Penso que os avanços e contradições apontados especialmente por Maria Emília, Angela, Sílvio e Chiquinho no presente texto decorrem desse espectro geral que atravessou o Estado brasileiro nos últimos doze anos. Temos que reconhecer os avanços institucionais com o PAA, a PNAE, as políticas de ATER e ATES, as políticas no campo da cultura (ponto de cultura, Teias etc.), políticas de saúde mental, no setor da pesca e aquicultura, turismo etc. As diversas políticas de economia solidária, como o fortalecimento das Incubadoras Universitárias de Economia Solidária, as políticas de formação, o decreto sobre Comércio Justo e, especialmente, as políticas de finanças solidárias e a expansão dos Bancos Comunitários no Brasil.

Os Bancos Comunitários me parecem apropriados para as condições encontradas nas periferias das grandes e médias cidades brasileiras, conformadas pelo que Milton Santos chamou de circuito inferior da economia. Os Bancos Comunitários poderiam avançar como modelos de gestão para outras políticas importantes do governo federal, como o “Minha Casa, Minha Vida”. Basta para isso acreditar e estimular a construção através das associações de moradores em regime de mutirão e autogestão, como vem fazendo os movimentos de luta pela moradia em São Paulo, provando que se trata de uma estratégia mais eficaz tanto economicamente como na qualidade das moradias e nas novas comunidades que se criam.

Às vezes parece que estamos nos distanciando dos projetos mais ambiciosos que miravam na estrutura das relações sociais que moldaram historicamente a formação social brasileira, numa acomodação aos movimentos pelo alto que marcaram as elites autóctones. Mas também nunca estivemos tão perto

de poder optar por uma superação do passado que nos aprisiona nas eternas velhas mudanças que deixam tudo como está. Entre o presente e o futuro, a promessa de riqueza pode ofuscar o passado que sempre negou aos miseráveis e aos trabalhadores o acesso aos meios de produção e reprodução da vida material e social, que continuam assim a ter que pedir permissão para continuarem vivendo.

No presente momento, imensos desafios se apresentam para o campo democrático e popular no Brasil, assim como para a economia solidária e dos setores populares. Ao que parece, o quarto governo brasileiro sob o espectro democrático-popular aprofundará a relação contraditória entre os dois vetores de políticas, com o aprofundamento da revolução capitalista no campo e na cidade, e a tentativa de ampliação do campo dos direitos sociais e enfrentamento às desigualdades que nos marcam historicamente.

O tamanho e o peso estratégico da economia solidária nesse cenário continuarão dependendo da capacidade dos movimentos sociais e populares brasileiros de se posicionarem de maneira consistente e articulada na defesa de outro modelo de desenvolvimento, propondo um novo projeto nacional baseado no trabalho associado na agricultura familiar, na periferia das cidades brasileiras, nos setores econômicos populares, nas universidades e centros de pesquisa, implicando necessariamente na reorientação das ações estatais e suas relações com a sociedade civil. Parece que nunca estivemos tão perto de um avanço significativo na democratização do Estado e da sociedade brasileira. Mas também parece que nos afastamos a cada dia da possibilidade de construção das necessárias condições gerais da produção associada e autogestionária, condição necessária para qualquer novo projeto civilizatório.

Sobre a Capina

No final dos anos 1980, frente ao crescimento do número de iniciativas econômicas populares urbanas e rurais e à falta de conhecimento e experiência desses atores sociais nos campos da administração e da gestão, urgia a criação de um serviço de cooperação e apoio a tais empreendimentos.

Alguns educadores e outros profissionais com atuação junto a instituições de apoio aos movimentos populares e suas lutas, sensíveis e preocupados em responder àquela demanda específica, fundaram, em 1 de novembro de 1988, uma organização da sociedade civil denominada Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina). Contemporânea a uma nova fase da vida política brasileira pós-Constituição democrática de 1988, a Capina nasceu na busca de qualificar a formação dos trabalhadores e, especificamente, suprir as carências e a precariedade de conhecimentos nos campos da gestão administrativa, tecnológica e social por parte desses atores.

Desde sua fundação, a Capina foi apoiada por diversas agências de cooperação internacional, dentre as quais EED e Pão para o Mundo (Alemanha), Christian Aid (Inglaterra) e Oxfam-Novib (Holanda) foram as mais expressivas.

No período em que foi organizada não eram tão evidentes as modificações que se processavam na estrutura do mercado de trabalho a partir da década de 1980. Entretanto, de forma pioneira, sua proposta de intervenção já surgia direcionada para as organizações de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar e em iniciativas urbanas que, de forma associada, apresentassem como perspectiva a busca da eficácia nos processos econômicos com base na implementação de relações democráticas. Também apoiou, em plano nacional, a articulação de diversos grupos de educação e escolas de trabalhadores em um Conselho de Escolas de Trabalhadores (1989).

Nesses termos, a Capina definia como seu objetivo contribuir para o processo de fortalecimento e qualificação técnica dos trabalhadores buscando, *pari passu* com sua sustentabilidade econômica e consistência política das iniciativas econômicas populares, como um dos caminhos para a afirmação da cidadania e superação das desigualdades sociais.

Como parte de sua missão está o apoio a todos que se veem na contingência de prover suas vidas com atividades de iniciativa própria, com base em critérios éticos de eficácia econômica, gestão transparente e democrática, solidariedade e justiça.

O campo de trabalho da Capina é constituído pelas atividades de administração e gestão da produção, comercialização e educação para o trabalho inserido no âmbito da *economia dos setores populares*, incluindo as iniciativas da economia solidária.

Nesse universo, o público-alvo da Capina é constituído por:

- Organizações econômicas populares (associações e cooperativas de agricultores e de trabalhadores urbanos produtores de bens e serviços; centrais de comercialização etc).

- Técnicos de ONGs e de órgãos governamentais; estudantes e professores que atuam no campo da economia dos setores populares.
- Organizações e movimentos instituídos pelos próprios trabalhadores como estratégias de garantir a qualidade de suas escolhas políticas e sociais.

Ao longo de seus 25 anos de existência, a Capina se preocupou com a elaboração de referências que problematizassem e atualizassem sua atuação e, também, com a estruturação de ferramentas metodológicas que dessem suporte pedagógico às suas atividades de formação.

Para convocar o debate e difundir sua experiência, lançou mão de vários formatos de comunicação, como seminários, publicações, circulares, boletins, redes informatizadas, entre outros.

Esta Roda de Conversa inaugura outro modo de estarmos juntos, continuando a buscar caminhos para construir a dignidade de nossa convivência com o mundo e com as pessoas.





capina

COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE
INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA

A Capina costuma, na medida do possível, socializar os conteúdos dos debates que convoca em torno das preocupações que invadem o seu campo de trabalho. Esta publicação, com falas dos que estiveram na Roda de Conversa, sobre a atualidade das condições que cercam as iniciativas da economia dos setores populares, é mais um resultado desse esforço. O mais interessante é a riqueza produzida pelos diferentes olhares que visitaram esses cenários. A sensação que deixa é que a conversa não para aí e que temos muitos caminhos a percorrer até que o horizonte se torne mais visível.

Brot
für die Welt

Pão para o Mundo –
Serviço Protestante
para o Desenvolvimento

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-86809-03-3



9 788586 809033